

**PREVIDÊNCIA
SOCIAL
25
ANOS
DE INTELIGÊNCIA**



MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA
SOCIAL



PREVIDÊNCIA SOCIAL: 25 ANOS DE INTELIGÊNCIA

Brasília: MPS, 2024

PREVIDÊNCIA SOCIAL: 25 ANOS DE INTELIGÊNCIA

Ministério da Previdência Social

2024. Ministério da Previdência Social

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Lupi

Secretário Executivo

Wolney Queiroz

Projeto comemorativo: 100 anos da Previdência Social e 25 anos de Inteligência

Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Previdência Social

Edição e Distribuição:

Ministério da Previdência Social

Tiragem: 600 exemplares

Previdência Social: 25 anos de Inteligência/
Montanha Barbosa, Letícia. Santos Filho, P.D./
Brasília: MPS, 2024

120 f.:

ISBN nº

- 1. Inteligência – Previdência Social – Brasil – História I. Montanha Barbosa, Letícia.
- II. Santos Filho, P. D. III. Título



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	6
2.	PREFÁCIO	14
3.	ASSIM COMEÇOU...	18
4.	NASCE A ASSESSORIA DE PESQUISA ESTRATÉGICA	24
5.	DA AUTARQUIA PARA O MINISTÉRIO	36
6.	JUNÇÃO DAS MATÉRIAS: PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA	54
7.	ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	60
8.	FORÇA-TAREFA PREVIDENCIÁRIA	64
9.	A INTELIGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM NÚMEROS	76
10.	A CGINP PELO BRASIL	80
11.	PARCEIROS: UNIDOS SOMOS UM	90
12.	IN MEMORIAN	104
13.	O FUTURO	106



Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social

1

APRESENTAÇÃO

A qualidade de vida dos nossos trabalhadores passa pela boa gestão do sistema previdenciário brasileiro. E, por isso, investir no combate às fraudes estruturadas contra o patrimônio previdenciário é garantir um futuro sustentável para a Previdência Social. Ao completar 25 anos de existência, a Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP) evitou, desde 2015, desvios de mais de R\$ 6 bilhões com atuação sincronizada entre os órgãos de inteligência do governo federal.

Todos estes anos de atuação garantiram que a Coordenação-Geral se tornasse referência quando o assunto é combate às fraudes. A Força-Tarefa Previdenciária – parceria entre o Ministério da Previdência Social, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, já realizou mais de 1.200 ações nos últimos 20 anos. Não podemos esquecer que, atualmente, são mais de 38 milhões de brasileiros os quais, todos os meses, recebem algum benefício do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Para quase a totalidade deles é a única fonte de renda que garante a dignidade de todos quando mais precisam.

A experiência destes 25 anos mostra que o Estado brasileiro acertou em instituir uma unidade de inteligência especializada na detecção e investigação de grandes esquemas ilícitos contra o patrimônio do trabalhador brasileiro. Cada plano descoberto representa mais recursos para assistir aos beneficiários que, realmente, têm direito e necessitam de seus proventos previdenciários.

Para que as ações de combate à fraude tenham sucesso, a parceria com outros órgãos do governo e a interação permanente com o INSS são essenciais.

Esse é um trabalho desafiador e contínuo para que possamos construir uma Previdência Social mais forte e mais justa, da qual todos os brasileiros possam se orgulhar.



“

A EXPERIÊNCIA DESTES 25 ANOS MOSTRA QUE
O ESTADO BRASILEIRO ACERTOU EM INSTITUIR
UMA UNIDADE DE INTELIGÊNCIA ESPECIALIZADA
NA DETECÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE GRANDES
ESQUEMAS ILÍCITOS CONTRA O PATRIMÔNIO DO
TRABALHADOR BRASILEIRO.

Carlos Lupi

”





Wolney Queiroz

Secretário Executivo do Ministério
da Previdência Social

APRESENTAÇÃO

A área de Inteligência, parte integrante da Secretaria Executiva do Ministério da Previdência Social, completa 25 anos como referência no combate às fraudes contra o sistema previdenciário brasileiro. Neste período, o trabalho contínuo de monitoramento dos servidores da Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP) evitou um desvio de bilhões aos cofres públicos.

O principal foco da Inteligência Previdenciária é produzir conhecimentos que identifiquem fatos ou situações os quais possam ocasionar prejuízos ao patrimônio público. O trabalho da CGINP está centrado na análise da fraude, com a finalidade de descobrir irregularidades, bem como na identificação e na localização de pessoas, grupos ou organizações que pratiquem atos lesivos contra o sistema previdenciário.

Graças à Força-Tarefa Previdenciária – parceria entre o MPS, Polícia Federal e Ministério Público Federal – todas as informações obtidas pela Inteligência são compartilhadas entre as áreas responsáveis para garantir que os envolvidos nas fraudes respondam pelos atos ilícitos cometidos. A integração entre os três órgãos permite a melhoria da comunicação e a troca de experiências; a celeridade na produção de provas e no julgamento dos processos; e a substancial redução das fraudes que tanto oneram os cofres públicos.

É importante mencionar que as parcerias são, e sempre serão, essenciais no combate a fraudes. A integração das informações dos sistemas informatizados do go-

verno federal é fundamental para descobrir como as organizações criminosas operam. Nesta linha, além da Força-Tarefa Previdenciária, a CGINP atua, em cooperação, na área de inteligência e intercâmbio de informações, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e demais órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Desde 2002, a CGINP é a representante do Ministério da Previdência Social junto ao Sisbin, participando da composição desde a sua regulamentação inicial, aprovada pelo Decreto Nº 4.376, de 13 de setembro de 2002.

A CGINP também faz parte do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) – da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), atualmente, formada por mais de 90 entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – das esferas Federal, Estadual e Municipal; além de Ministérios Públicos e associações que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A valorização do trabalho da Inteligência Previdenciária é de extrema relevância para que haja o fortalecimento dos mecanismos de prevenção, controle e investigação das irregularidades cometidas contra a seguridade social.



“

O TRABALHO DA CGINP ESTÁ CENTRADO NA ANÁLISE DA FRAUDE, COM A FINALIDADE DE DESCOBRIR IRREGULARIDADES, BEM COMO NA IDENTIFICAÇÃO E NA LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS, GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES QUE PRATIQUEM ATOS LESIVOS CONTRA O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.

Wolney Queiroz

”

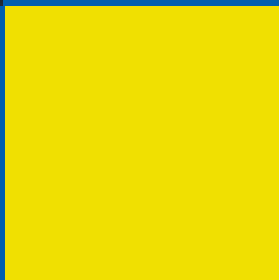


2



Thaís Regina de Santana

Coordenadora-Geral de Inteligência
da Previdência Social



PREFÁCIO

Ao completar 25 anos de história, surgiu a ideia de procurarmos e aprofundarmos o conhecimento sobre a fundação da Inteligência da Previdência Social, do porquê de termos sido criados, de como foi o começo, das alegrias e dos desafios de atuar numa atividade tão singular e, por vezes, tão mal interpretada.

Além dos documentos, buscamos conversar com pessoas que tiveram ligação direta com a origem – com os primeiros trabalhos e resultados, as quais vivenciaram as experiências iniciais e decidiram **persistir** nesta árdua missão.

São 25 anos de muito aprendizado, ações, comprometimento e atividade incessante, prestados com louvor.

Na presente obra, veremos declarações dos servidores que dedicaram meses, anos ou décadas à causa previdenciária.

Compartilharemos as sensações da época – pouco antes do ato formal que criou a área, no dia 17/12/1998, data da publicação da Portaria nº 433 – passando pelo presente e prospectando, por que não, o futuro.

Vamos entender o conceito de **insistir**, mesmo com tantas mudanças que acompanharam o caminho.

Compreender o significado e a importância das parcerias construídas, da rede criada com os mais diversos entes públicos, destacando-se, principalmente, a relação com INSS, Polícia Federal e as unidades de inteligência institucionais.

A inspiração da publicação do livro foi compartilhada com um grupo de pessoas que tomou a frente do projeto, desenvolvendo novas habilidades (historiador, pesquisador, entrevistador, escritor), por necessidade. Os que se desafiaram continuamente para chegar ao final e fazer esta entrega.

Este livro tem várias mãos, vários sotaques, variadas histórias, mas um traço em comum é destaque peculiar para esses, quase 300, servidores que em alguma época, ou algum momento, dedicaram-se à missão.

A equipe é **resiliente** ao extremo.

Chegou o momento de saber, aprender, reviver, relembrar e reafirmar nossa história e nossos valores.

Está registrada a nossa História.

PIR – Persistência, Insistência e Resiliência.



“

SÃO 25 ANOS DE MUITO
APRENDIZADO, AÇÕES,
COMPROMETIMENTO E
ATIVIDADE INCESSANTE,
PRESTADOS COM LOUVOR.

Thaís Regina de Santana

”

3

**ASSIM
COMEÇOU...**



A história da Inteligência da Previdência Social teve início antes do dia 17 de dezembro de 1998, data da publicação da Portaria INSS/DAF nº 433. Essa atividade, que completa 25 anos, começou com a necessidade de combater fraudes que, por décadas, vinham corroendo os cofres do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

No final da década de 1980 e início de 1990, foram descobertas quadrilhas especializadas em fraudar a Previdência Social. Elas causaram enormes prejuízos aos cofres públicos e expuseram a necessidade de se criar uma área capaz de atuar na prevenção, detecção e repressão dos crimes previdenciários.

É possível afirmar que o caso de fraude ao sistema previdenciário brasileiro mais conhecido, durante os anos 90, foi o praticado pela quadrilha encabeçada pela ex-advogada Jorgina de Freitas, que desviou US\$112 milhões, divulgado nacional e internacionalmente como a “Máfia da Previdência”.

Diante de sucessivos escândalos de corrupção e fraudes que sangravam os cofres do INSS, o primeiro passo para a “gênese” da Inteligência da Previdência Social foi a publicação da Portaria MPAS nº 1.710, de 21 de dezembro de 1994. O documento alterou o Regimento Interno do INSS e atribuiu competência às assessorias técnicas, vinculadas à Procuradoria-Geral e à Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS e suas projeções estaduais, para estabelecer ações estratégicas, utilizando procedimentos de Inteligência para comba-

ter a evasão e a sonegação das contribuições previdenciárias, bem como, medidas para proteger a Instituição.

“Embora fundamental, esse ainda não era o desenho que promoveria as bases da Inteligência da Previdência Social, pois a portaria trazia como pressuposto a especialização de equipes para o combate à evasão fiscal, ao mesmo tempo em que especificava, em seu art. 2º, a composição das mesmas por procuradores e fiscais que tivessem sido previamente submetidos a treinamento específico. A proposta inicial dessas equipes especializadas era apoiar as áreas na localização de devedores e de bens penhoráveis”, ressalta Marcelo Henrique de Ávila, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB).

Em 1995, visando especializar o corpo técnico de Fiscais de Arrecadação do INSS e, ainda, difundir a metodologia da inteligência, foi ministrada a primeira capacitação da área. Mas, ainda havia muito ceticismo quanto ao método e até mesmo comentários jocosos, como relembram os auditores fiscais da RFB, Wagner Rodrigues e Maurício Gonçalves Pedrosa, este último ex-chefe do Núcleo Regional de Inteligência no estado do Mato Grosso do Sul (Nuinp-MS). “A ideia não foi muito bem aceita perante a categoria no primeiro momento, eles achavam que isso era questão de espionagem e que não caberia expor os fiscais a esse trabalho”, relata Pedrosa.

Ultrapassadas estas primeiras barreiras de convencimento, um segundo grupo fez o Curso de Procedimentos Básicos de Inteligência Aplicados à Área Previdenciária, em regime de imersão e internato no Centro de Aperfeiçoamento e Formação de Recursos Humanos da Presidência da República – CEFARH/PR. Dilmar Pregardier, ex-chefe da Assessoria de Pesquisa Estratégica (APE – atual CGINP), comenta: “a capacitação oportunizou os primeiros passos para que os selecionados comesçassem a entender o mundo das técnicas de Inteligência, com foco na atividade e na proteção institucional”.

Marluce do Socorro da Silva Soares, ex-chefe do Nuinp-PA, também participou da formação e explica que, "com um forte desejo de desenvolver melhores e mais eficientes técnicas de trabalho, 22 auditores (19 homens e 03 mulheres) foram selecionados, nas coordenações fiscais dos Estados, para o Curso que teve uma carga de 80 horas".



Certificado recebido pela equipe que viria a ser a Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE

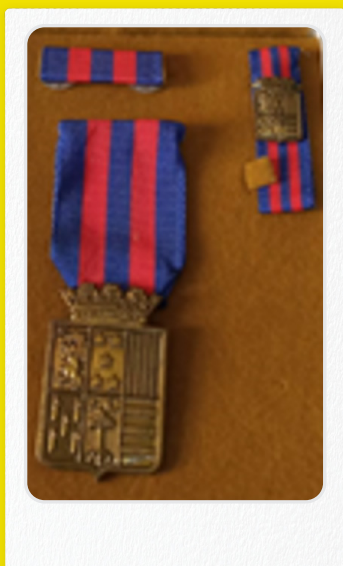
"A participação no curso de Inteligência abriu os horizontes dos participantes sobre o uso da técnica. A experiência trouxe o conhecimento das ferramentas de trabalho, o que nos proporcionaria mais assertividade nas ações. Ao retornarmos aos nossos estados, começamos a trabalhar na localização de bens de grandes devedores da Previdência Social, para subsidiar o trabalho da Procuradoria", contou Pedrosa.

João Vieira Filho, ex-chefe da APE, lembra que, em 1996, alguns auditores fiscais foram chamados para fazer um curso de contrainteligência. "Logo em seguida, Luiz Alberto Lazinho, auditor fiscal de Contribuições Previdenciárias, assumiu a Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS e começamos a dialogar sobre a implantação de uma área de Inteligência no órgão", afirma Vieira.

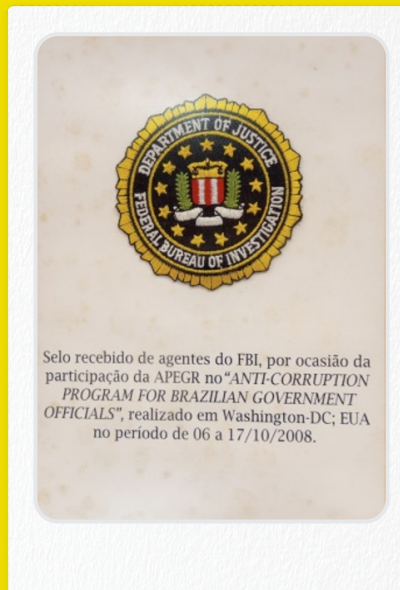
O procurador da Previdência Social, Jailton Azevedo Cancio, conta que conheceu João Vieira em 1997 e começaram a conversar sobre uma possível estrutura para a Inteligência. "Na época, não existia uma portaria para investigação, a área era responsável somente por fornecer dados estratégicos para o Diretor de Arrecadação e Fiscalização e localizar bens para assessorar a Procuradoria", enfatiza Cancio.



*Escola Superior
de Guerra – 2002*



*Medalha Duque de
Caxias, Exército
Brasileiro – 2006*



*Selo – Departament of
Justice – Federal Bureau
Investigation – FBI – 2008*

*Condecoração do Curso no
FBI, organizado pelo governo
americano, para servidores
que atuavam contra a
corrupção no Brasil.*

4

NASCE A ASSESSORIA DE PESQUISA ESTRATÉGICA



Em 1998, nasceu a Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE. Entretanto, antes da Portaria ser lançada, havia uma questão semântica a ser resolvida – o **nome da área**.

O DNA da Inteligência já estava implantado, mas de onde surgiu o nome Assessoria de Pesquisa Estratégica? João Vieira explica que o idealizador foi o Lazinho. “Durante a análise daquela que seria a Portaria INSS/DAF nº 433/98, o diretor alertou que o termo “Inteligência” poderia dar uma conotação negativa, pois poderia ser interpretada, equivocadamente, como uma equipe que apenas estaria investigando colegas. Então chegou-se ao consenso de batizar a área como Assessoria de Pesquisa Estratégica (APE)”.

Lazinho contou que a partir de sua posse como diretor de Arrecadação e Fiscalização começou a procurar auditores do INSS especializados na legislação e informática, dentre outras capacidades técnicas, para compor sua equipe. “Esse grupo teria como atribuição inicial realizar revisões técnicas na legislação fiscal inerentes ao INSS. Com os resultados desse trabalho, convidei todos os coordenadores de Arrecadação para propor a criação de uma equipe técnica que tivesse autonomia e mobilidade na execução de seus trabalhos”, contou o ex-diretor.

Esse recrutamento não foi simples, como lembrou Gilson Aquino de Araújo, auditor fiscal da RFB. “No início eu não tinha interesse em trabalhar na área. Para muita gente, Inteligência referia-se a um estigma negativo, mas, ao entender o foco do negócio, aceitei fazer parte da equipe”.

Este grupo, depois de rigorosa seleção e certo convencimento sobre a importância do trabalho, passou a executar suas atividades reportando-se, diretamente, à Diretoria de Arrecadação e Fiscalização. Uma das atividades era refletir sobre como aperfeiçoar a fiscalização e a arrecadação do INSS. Mas, nada disso era novidade, conta Lazinho.

"Sempre se combateu fraudes fiscais, mas era fundamental criar um grupo próprio com capacidade de trabalhar junto à Polícia Federal e à Procuradoria Federal, para obter otimização nos resultados dos trabalhos contra as fraudes face ao INSS".

Lazinho afirma, ainda, que era fundamental nesta equipe, a cultura do sigilo. "Não se comentava nada fora do círculo da Inteligência. A compartimentação era a base do negócio, sempre se manteve o sigilo em grau absoluto".

Com base nesses preceitos, no dia 17 de dezembro de 1998, foi publicada a Portaria INSS/DAF/Nº 433 que formalizou a existência da Assessoria de Pesquisa Estratégica. Sua missão adveio das seguintes necessidades, conforme considerações do ato:

- Realizar estudos visando ao combate à evasão fiscal e sonegação fiscal, de maneira sistemática mediante ações estratégicas e utilização de procedimentos técnicos de inteligência;
- Utilização de métodos especializados com vistas a melhor direcionar as ações estratégicas de combate à sonegação;
- Prioridade nas pesquisas e investigações;
- Racionalizar, simplificar e agilizar procedimentos, eliminar possíveis superposições de atividades e reduzir custos operacionais; e
- Aprimorar as diversas formas de combate à evasão das contribuições previdenciárias.

A tarefa do grupo que integrava a recém-criada APE não era nada simples, embora já fossem assuntos estudados há pelo menos quatro anos, levando-se em conta a Portaria MPAS nº 1710/1994.

No art. 2º da Portaria INSS/DAF nº 433/1998, a instituição dessa equipe, subordinada diretamente ao gabinete da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, tinha como principal foco atuar com base em técnicas de inteligência, investigações tempestivas e proteção institucional no contexto da Previdência Social.

Suas atribuições incluíam o intercâmbio de informações estratégicas com órgãos públicos; a pesquisa e investigação para combater sonegação e fraudes; atender às solicitações da Procuradoria do INSS; subsidiar diversas coordenações internas; produzir informações estratégicas em tempo hábil e assessorar a Diretoria de Arrecadação e Fiscalização. Além disso, propor alterações na legislação previdenciária com base em suas pesquisas; buscar e aperfeiçoar técnicas de prevenção e propor medidas de proteção institucional nas áreas relacionadas. Por fim, sua missão era fortalecer a integridade e eficácia no combate aos ilícitos face à Previdência Social.



Membros da primeira reunião da FTP, realizada em 2001, em Goiânia/GO, no período de 13 a 17 de agosto.

Observa-se que a essência permanece até os dias atuais, sendo plenamente cabível sua comparação com as portarias seguintes que ampararam os trabalhos da Inteligência da Previdência Social.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA INSS/DAF/n.º 433, 17 de dezembro de 1998.

O DIRETOR DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 175, inciso XVI do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria n.º 458, de 24 de setembro de 1992, Portaria n.º 1710, de 21 de dezembro de 1994 e Resolução INSS/PR n.º 656, de 08 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO a necessidade de se realizar estudos visando o combate à evasão, à fraude e a sonegação fiscal, de maneira sistemática, mediante ações estratégicas e utilização de procedimentos técnicos de inteligência;

CONSIDERANDO, a necessidade de utilização de métodos especializados com vistas a melhor direcionar as ações estratégicas de combate à sonegação;

CONSIDERANDO a prioridade nas pesquisas e investigações, a fim de atender à Procuradoria do Instituto e respectivas projeções Estaduais, sempre que houver suspeita, comprovação de manobras lesivas aos cofres da Previdência Social, ou débito, assim como informações relativamente à recuperação de créditos previdenciários em fase judicial;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar, simplificar e agilizar procedimentos, eliminar possíveis superposições de atividades e reduzir custos operacionais;

CONSIDERANDO a necessidade de se aprimorar as diversas formas de combate à evasão das contribuições previdenciárias.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a equipe de ASSESSORIA DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS - APE, subordinada diretamente ao gabinete da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização.

Art. 2º A ASSESSORIA DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS - APE tem por finalidade :

- I. manter intercâmbio com órgãos do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como outros organismos de informações, visando a troca e o cruzamento de informações estratégicas ostensivas e/ou de natureza reservada, sigilosa ou confidencial, tendo como objeto o combate às ações lesivas à Previdência Social;
- II. realizar pesquisas e investigações em segmentos econômicos e nos sistemas corporativos do INSS, visando o combate à sonegação, à fraude e à evasão fiscal;
- III. realizar pesquisas e investigações a fim de atender solicitações da Procuradoria do Instituto e respectivas projeções Estaduais, sempre que houver suspeita, comprovação de manobras lesivas aos cofres da Previdência Social, ou débito constituído, assim como informações relativas à recuperação de créditos previdenciários em fase judicial;
- IV. realizar pesquisas e investigações a fim de atender necessidades das Coordenações Gerais de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, de Gerenciamento por Segmentos Econômicos e Supervisão Técnico-Operacional, bem como outras informações relativas à recuperação de créditos previdenciários em fase administrativa;
- V. realizar diligências decorrentes de solicitações feitas à Diretoria de Arrecadação e Fiscalização – DAF, provenientes do Ministério da Previdência Social, da Presidência ou Diretorias do Instituto, bem como de outros órgãos, vinculados ou não ao MPAS, visando a obtenção de informações estratégicas;
- VI. produzir informações estratégicas e subsidiar a linha de Arrecadação e Fiscalização, em tempo hábil, assegurando o conhecimento antecipado de fatos e ou situações que possam comprometer a área Previdenciária;

- VII. prover a linha de Arrecadação e Fiscalização de dados de natureza estratégica, acerca das dificuldades, potencialidades e impedimentos no cumprimento da Legislação Previdenciária, em todos os setores de atuação;
- VIII. assessorar a Diretoria de Arrecadação e Fiscalização - DAF nas ações de pesquisa e investigação voltadas para o combate à fraude, sonegação fiscal e recuperação de créditos, propondo políticas de desenvolvimento;
- IX. subsidiar a Diretoria de Arrecadação e Fiscalização - DAF nas representações às autoridades competentes quanto aos ilícitos, apurados em razão de suas atividades;
- X. propor alterações na legislação Previdenciária, com base nos resultados das pesquisas realizadas e contribuir com as unidades responsáveis pela alteração da legislação, no fornecimento de subsídios que visem ao combate a sonegação, à contenção da evasão fiscal e substituição ou isenção de contribuições previdenciárias;
- XI. elaborar propostas para o aperfeiçoamento das técnicas de prevenção aos crimes contra a seguridade social, a fraude e a qualquer outro ilícito fiscal;
- XII. propor medidas de proteção institucional nas áreas de Arrecadação, Fiscalização, Cobrança e Informática.

XIII.

Art. 3º A equipe será coordenada por um assessor, lotado no gabinete da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, e será integrado por servidores pertencentes à categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias que tenham sido submetidos a treinamento específico.

Art. 4º Ao coordenador nacional da Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE, incumbe :

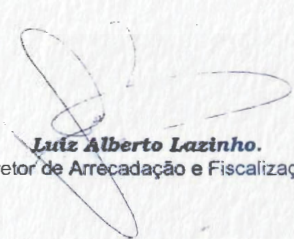
- I. encaminhar à Diretoria de Arrecadação e Fiscalização - DAF informações sobre fatos de seu conhecimento, decorrentes das atividades de pesquisas e investigações inerentes a sua área de atuação;
- II. acompanhar de forma sistemática a execução dos trabalhos da equipe APE, orientando, supervisionando e avaliando as ações;

- III. coordenar a execução das tarefas da Assessoria de Pesquisas Estratégicas - APE, assim como atuar em determinada área específica de trabalho;
- IV. propor a criação de equipes regionais da Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE e respectivas áreas de atuação;
- V. viabilizar a participação dos membros da equipe em cursos de aperfeiçoamento profissional inerentes à área de Pesquisa e Investigação;
- VI. designar os membros e componentes da Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE, em nível nacional, respeitado o disposto no art. 3º;
- VII. requisitar servidores para compor equipes de trabalho necessários à execução das atividades da Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE;
- VIII. coordenar o planejamento das ações da APE e submeter a aprovação.
- IX.

Art. 5º Os Fiscais integrantes da Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE, exercerão prioritariamente as ações especiais, podendo ser atribuídas outras tarefas locais, mediante anuência do Coordenador nacional da Equipe da Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE

Art. 6º Os servidores integrantes da Assessoria de Pesquisas Estratégicas - APE serão enquadrados no código 603, para fins do disposto na OS/INSS/DAF 113/97.

Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.


Luiz Alberto Lazinho.
Diretor de Arrecadação e Fiscalização

"A APE nasceu em 17/12/1998. A Portaria nº 433 mencionava que a área seria coordenada por um assessor e sua composição seria integrada por fiscais de contribuições previdenciárias, que tivessem sido submetidos a treinamento específico. Antes da publicação da portaria, o grupo que atuava na Inteligência era chamado de "conselhinho", comentou Jailton.

No ano de 1999, um grupo de colaboradores externos – servidores aposentados da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Exército Brasileiro (EB) e Polícia Federal (PF) – passou a integrar os quadros da APE para auxiliar nas investigações de fraudes contra a Previdência Social, relata o auditor fiscal, Marcelo Ávila. "No início da década seguinte, buscou-se a especialização do enfrentamento aos ilícitos previdenciários por meio de sistematização de ações integradas com outras instituições de Estado, inspirada na experiência norte-americana de atuação em regime de Força-Tarefa (*Task Force*)".



“

REALIZAMOS O PRIMEIRO BATIMENTO DE DADOS DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO E O INDICATIVO DE FRAUDES FOI CONSIDERÁVEL. ESTE TRABALHO CONVINCEU AS AUTORIDADES A IMPLANTAREM A PRIMEIRA FORÇA-TAREFA PREVIDENCIÁRIA.

Jailton Cancio

”



Jailton Cancio foi o primeiro chefe da Assessoria, no período de junho de 1999 a dezembro de 2002. O procurador conta que foi convocado pelo ministro da Previdência Social à época, Waldeck Ornélas (1998-2001), para estabelecer uma área de Inteligência que contemplasse os benefícios previdenciários, pois, até aquele momento, a Inteligência atuava apenas na área de Arrecadação e Fiscalização. "Acertou-se que eu iria ser Gerente de Projeto para formatar um método de trabalho. Não tínhamos programas de inteligência artificial e começamos a cruzar informações, pois a área de benefícios não falava com a área de arrecadação. Minha função foi coordenar esse trabalho e reunir as áreas. Em 1999, realizamos a primeira extração das bases de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e de concessão de benefícios do INSS".

O procurador revela um momento interessante da sua jornada na Previdência Social. "Quando entrei para o INSS e assumi como superintendente li uns livros sobre a origem da Previdência.

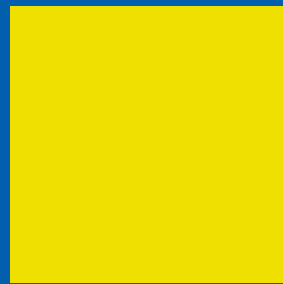
E um deles falava sobre a solidariedade social, a assistência social como embrião de um sistema. A solidariedade humana que ali se materializava me encantou... No INSS poderíamos fazer justiça e acolher. Magnífico!

Mas, algo relativo à essa fala também me encantou em relação à Previdência. Eu era superintendente e precisava entrevistar alguém para uma matéria sobre o aniversário da Previdência no Brasil. Entrevistei um senhor de quase 100 anos, perguntei o que ele achou de mais importante do que viveu. A resposta foi a "aposentadoria", pois antigamente quando uma pessoa não tinha uma casinha de aluguel, vivia às custas dos filhos ou iam mendigar.

Vivi muitos momentos nos quais um ser humano fez toda a diferença na vida dos outros, e não falo economicamente, mas falo de uma solidariedade que pode se manifestar de formas tão múltiplas e verdadeiramente salvar".

5

DA AUTARQUIA PARA O MINISTÉRIO



A Assessoria de Pesquisa Estratégica estava, desde sua criação, vinculada à estrutura da Direção de Arrecadação Fiscal do INSS, embora tivesse influência direta no assessoramento ao Ministério de Previdência e Assistência Social – MPAS.

O Decreto Nº 4.420, de 11 de outubro de 2002, que aprovou a estrutura regimental do MPAS, transferiu a APE do INSS para o Ministério.

A alteração foi impulsionada pela promulgação do Decreto Nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, revogado pelo Decreto Nº 11.693, de 06 de setembro de 2023, que dispôs sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), instituído pela Lei Nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

O Sisbin é uma estrutura governamental que tem como objetivo principal fornecer informações e Inteligência estratégica para apoiar a tomada de decisões das autoridades públicas do País. Composto por diversos órgãos e instituições de Inteligência, atua de forma integrada para coletar, analisar e disseminar informações relevantes para a segurança nacional.

O sistema foi criado para promover a coordenação e a cooperação entre os diferentes órgãos de Inteligência do Brasil, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), as Forças Armadas, a Polícia Federal, a Receita Federal, o Ministério da Previdência Social, entre outros.

O Sisbin também possui uma função de intercâmbio de informações com outros sistemas de inteligência de países parceiros, por meio de acordos e cooperação internacional.

O Ministério da Previdência Social (MPS) é um dos integrantes do Sisbin, representado pela Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social.

Ainda em 2002, outras mudanças aconteceriam na estrutura do INSS e os fiscais de contribuições previdenciárias passaram a ser denominados auditores-fiscais da Previdência Social (AFPS), ficando a APE formada por AFPS, servidores do INSS e colaboradores externos.

Em janeiro de 2003, José Augusto Figueiroa Filho, auditor fiscal da Previdência Social, assumiu a chefia da APE. Sua gestão foi até março de 2004. Figueiroa destaca, no período em que coordenou a área, a implantação do "Batman". "Era um sistema que realizava batimento de informações na busca de dados fraudulentos. Fazíamos uma série de cruzamentos de dados, em tempo real, e foi possível observar onde aconteciam as fraudes em benefícios. Começamos a ter um direcionamento, um norte, pois, antes disso, trabalhávamos, majoritariamente, com denúncias".

Figueiroa comenta, ainda, que o "Batman" foi um marco para que a APE deixasse de trabalhar apenas com as denúncias anônimas e fizesse um trabalho mais massivo. "O sistema era um pequeno modelo de inteligência artificial e começamos a descobrir as fraudes em tempo real. Foi o marco da nossa administração. Quando se sabe fazer a leitura correta de dados, você cria um circuito que pode agregar mais valor".

Um trabalho importante, também, foi a pesquisa de dados de idosos acima de 90 anos. "Percebemos que existiam mais idosos recebendo benefícios do que



“

PERCEBEMOS QUE EXISTIAM MAIS
IDOSOS RECEBENDO BENEFÍCIOS DO QUE
A POPULAÇÃO BRASILEIRA COM ESSA
IDADE. A PARTIR DESSAS INFORMAÇÕES FOI
REALIZADA A PRIMEIRA PROVA DE VIDA DOS
BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

José Augusto Figueiroa Filho

”



a população brasileira com essa idade. A partir dessas informações foi realizada a primeira prova de vida dos beneficiários da Previdência Social. Descobrimos, ainda, que aproximadamente 47 mil pessoas mortas vinham recebendo benefícios indevidamente", ressalta Figueiroa, ex-chefe da APE.

Outra tarefa significativa foi o levantamento de elementos envolvendo a Classificação Internacional de Doenças – CID. "Descobrimos que a incidência de algumas doenças era 200% maior em algumas localidades do que em outras. Esses dados nos davam um direcionamento para trabalharmos nessas regiões. O sistema colocava uma lupa nas concessões que estatisticamente saíam fora dos padrões", observou Figueiroa.

Em 2004, com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, cuja estrutura continha o Departamento de Informações Estratégicas, os trabalhos em andamento sobre o tema – arrecadação – foram atribuídos à Receita Previdenciária e a APE passou a apurar, exclusivamente, os ilícitos referentes a benefícios previdenciários.

João Vieira assumiu a chefia da APE no ano de 2004. O auditor acredita que o futuro da Inteligência está na busca da informação. "Precisamos acessar todos os tipos de ferramentas, tanto internas do Estado, como externas. E existem muitas ferramentas disponíveis hoje, inclusive muitos sites abertos. O importante é manter o espírito da Inteligência e muito estudo, buscar conhecimento, pois o ser humano, a cada dia, fica mais brilhante em termos de fraudes" – alerta.

Em 2005, a Medida Provisória nº 258, de 21 de julho, criou a Receita Federal do Brasil – RFB. Neste mesmo ano, o Ministro da Previdência Social assinou a portaria nº 1.465 de 29 de agosto, fixando o exercício de alguns auditores fiscais da Receita Federal do Brasil – AFRFB, na Previdência Social. Se não



“

O IMPORTANTE É MANTER O ESPÍRITO DA
INTELIGÊNCIA E MUITO ESTUDO, BUSCAR
CONHECIMENTO, POIS O SER HUMANO,
A CADA DIA, FICA MAIS BRILHANTE EM
TERMOS DE FRAUDES.

João Vieira

”



“

O TRABALHO FOI POSSÍVEL DEVIDO AO
COMPROMETIMENTO DOS SERVIDORES QUE
ATUAVAM NA ÁREA. CONTÁVAMOS COM
MUITA GENTE COMPETENTE, PESSOAS
SÉRIAS E TRABALHADORAS.

Gilson Aquino

”

houvesse a fixação, os auditores, por força da medida provisória, deveriam se apresentar à Receita. Para Dilmar, a cessão dos fiscais no MPS foi importante para a continuidade da atividade. “Não podíamos perder as pessoas que detinham o conhecimento”.

Gilson Aquino assume a chefia da APE ainda no ano de 2004 até dezembro de 2005. Antes disso, foi o Coordenador da Força-Tarefa Previdenciária, no Rio de Janeiro. Ele confessa que aprendeu muito sobre Inteligência estudando, mas foi na prática, no dia a dia, que os resultados apareceram. O seu trabalho, na busca de bens de grandes devedores, se destacou – o que lhe rendeu o convite para coordenar a Força-Tarefa no Rio de Janeiro.

O ex-chefe da APE salienta, ainda, que a atividade desenvolvida pela área resultou no cadastramento dos beneficiários da Previdência. “A tarefa foi possível devido ao comprometimento dos servidores que atuavam na área. Contávamos com muita gente competente, pessoas sérias e trabalhadoras”.

Neusa Peixoto Campos, auditora fiscal, revelou que foi convidada a assumir a Coordenação Operacional da APE, quando Gilson era o chefe. “Ao resumir minha trajetória na Inteligência destaco a união dos servidores, da equipe, as parcerias, o aprendizado e a disseminação do conhecimento. Por meio do resultado do nosso trabalho, conseguíamos mostrar para a população a que viemos, a nossa missão que é preservar o patrimônio do trabalhador brasileiro”, enfatiza Neusa.

No dia 28 de dezembro de 2005, Dilmar Pregadier foi convocado pelo, então, ministro da Previdência Social, Nelson Machado, (2005-2007), para ocupar o cargo de chefe da APE. “Eu sabia que o objetivo era nobre e aceitei fazer uma gestão técnica. Foram 12 anos de chefia, até me aposentar, em maio de 2012”, relatou Dilmar.



“

CONSEGUIMOS IMPLANTAR UM SISTEMA INTERNO DE GESTÃO, ONDE OS NÚCLEOS REGIONAIS INCLUÍAM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TAREFAS, O QUE POSSIBILITAVA A GESTÃO DE TODO O TRABALHO PRODUZIDO PELA ÁREA. ELABORAMOS, TAMBÉM, A DOCTRINA DE INTELIGÊNCIA PREVIDENCIÁRIA.

Dilmar Pregadier

”

Em 10 de fevereiro de 2006, foi publicada a Portaria nº 01, estabelecendo as Representações Estaduais da Assessoria de Pesquisa Estratégica.



Art. 1º Estabelecer Representações Estaduais da Assessoria de Pesquisa Estratégica - APE, nas seguintes localidades:

NÚCLEO REGIONAL DA APE	LOCALIZAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL	REPRESENTAÇÕES ESTADUAIS
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro
São Paulo	São Paulo	São Paulo
Pernambuco	Recife	Salvador, Maceió, Fortaleza, Natal, Aracaju e Recife
Distrito Federal	Brasília	Campo Grande, Goiânia, Belém, Porto Velho e Brasília

Com a publicação do Decreto Nº 5.755, de 13 de abril, de 2006, a APE assumiu as atribuições do Gerenciamento de Riscos passando a denominar-se Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos (APEGR). A Portaria MPS nº 350, de 22 de agosto de 2006, estrutura administrativamente a APEGR.

PORTARIA MPS Nº 350, DE 22 DE AGOSTO DE 2006 – DOU DE 23/08/2006

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, inciso II, da Constituição, com fundamento no inciso X do art. 4º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, com redação dada pelo Decreto nº 4.872, de 06 de novembro de 2003, e nos incisos IV e V do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º No âmbito do Ministério da Previdência Social – MPS, as ações e procedimentos técnicos de inteligência e de análise de riscos serão executados pela Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos – APE-GR.

Art. 2º A estrutura administrativa da APE-GR é composta de um Chefe de Assessoria, dois Coordenadores, dois Chefes de Divisão e de 05 Núcleos Regionais, além de representações estaduais, subordinadas ao Chefe da APE-GR, assim denominados:

- a) Coordenação Operacional;
- b) Coordenação de Tratamento, Análise e Proteção da Informação;
- c) Divisão de Apoio Logístico;
- d) Divisão de Apoio Administrativo, e
- e) Cinco Núcleos Regionais.

Parágrafo único. Os Núcleos Regionais da APE-GR terão sede, respectivamente, nas capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco e no Distrito Federal.

Dilmar destaca, na sua gestão, a formalização das atividades da APEGR. “Conseguimos implantar um sistema interno de gestão, onde os Núcleos Regionais incluíam as informações necessárias para o desenvolvimento das tarefas, o que possibilitava a gestão de todo o trabalho produzido pela área. Elaboramos, também, a Doutrina de Inteligência Previdenciária”, relata o fiscal.

A partir de 2006, a APEGR começou uma nova fase de profissionalização efetiva da atividade de Inteligência Previdenciária, recorda Marcelo Ávila. Segundo o auditor, Neusa teve um papel fundamental no apoio ao trabalho das Operações da Força-Tarefa, pois conhecia os colegas, que a reconheciam como liderança.

A servidora Denise Cajá entrou para a equipe da Inteligência nesse período e comenta sobre a importância da legislação da área, que trouxe mais respaldo e suporte ao trabalho dos servidores que atuam, principalmente, nos núcleos descentralizados.

Em 16 março de 2007, a Lei nº 11.457 instituiu a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Todavia, por força do Decreto Nº 6131 do mesmo ano, 385 auditores fiscais foram autorizados a permanecer no Ministério da Previdência Social.

No ano de 2008, a Portaria nº 173 aprova os regimentos internos dos órgãos do Ministério da Previdência Social e modifica a estrutura da APEGR, vinculando-a à Secretaria Executiva, e criando duas coordenações e duas divisões: Coordenação Operacional – COAPE, Coordenação de Tratamento, Análise e Proteção da Informações – CTAPI; Divisão de Apoio Administrativo – DIAAD; e Divisão de Apoio Técnico – DIATE.

PORTARIA MPS Nº 173, DE 02 DE JUNHO DE 2008 - DOU DE 04/06/2008

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º do Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Previdência Social - MPS, na forma dos Anexos I a V desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ MARINHO

Este texto não substitui o publicado no DOU de 04/06/2008 - seção 1.- págs. 34 a 46.

No mesmo ano, a Portaria nº 979, de 11 de junho, autorizou 11 servidores do INSS a compor os quadros da APEGR, mas, agora, na condição de cedidos.

Ministério da Previdência Social

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 979, DE 11 DE JUNHO DE 2008(*)

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência delegada pela Portaria MPS/GM/nº 1.454, de 26 de agosto de 2005, considerando o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e nos termos do art. 20 da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, resolve:

Autorizar a cessão dos servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para a Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos (Processo nº 44000.001060/2008-81).

“Dilmar profissionalizou a APEGR. Exemplo disso, foi a conquista de um quadro próprio de servidores. Era o fortalecimento da governança da Inteligência. Até aquele momento, não podíamos contar com os servidores, pois dependiam da liberação da chefia imediata, com isso, não tínhamos como fazer a gestão da força de trabalho”, lembra Marcelo Ávila.

"A prática nos mostrou que aliar os procedimentos técnicos de Inteligência, na busca do dado negado, aos conhecimentos técnicos previdenciários dos servidores nos faz ter a certeza da produção de um conhecimento útil e definitivo no combate às fraudes praticadas contra a Previdência Social brasileira, a fim de responsabilizar os autores." *Marcelo Ávila*

Antonio Carlos Castro Santos, chefe do Nuinp-MA, conta que ficou sabendo pela Intranet que o Ministério da Previdência estava selecionando servidores para trabalhar na Inteligência, em 2008. "Achei interessante e me inscrevi. Sempre atuei na área de benefícios e de apuração de irregularidades administrativas. Fizemos um teste, logo após participamos de uma entrevista e aceitei a cessão para o Ministério da Previdência. Na época, comecei a trabalhar na sede da Polícia Federal".

Antonio Carlos recorda um fato curioso no início da sua atuação na Inteligência. "No dia que me apresentei para o novo trabalho, na sede da Delegacia de Crimes Previdenciários (Deleprev), cheguei e não tinha ninguém no local. O vigilante disse para eu voltar após dois dias. Quando retornei fiquei sabendo que eles estavam em uma Operação Previdenciária e todo o efetivo tinha se deslocado para lá. Nesse momento, percebi a grandiosidade dessa atividade".

O médico, Oney José Rossini, assumiu o Núcleo de Inteligência de Goiás, em 2008. Ele foi o primeiro perito a exercer chefia de Núcleo. "Por mais de 30 anos trabalhei como médico perito do INSS e acreditava que já havia visto de tudo na carreira.

Conhecia muito sobre previdência, mas, quando ingressei na APE descobri um mundo que jamais imaginei existir quando se falava em fraudes previdenciárias. A área me abriu um horizonte que não tinha antes de ser servidor da Inteligência. Tenho muito orgulho de ter participado e encerrado minha carreira como médico na Inteligência". *Oney Rossini*

Denise Cajá recorda o primeiro evento de planejamento da APE que compareceu. "Sempre atuei nos bastidores, no apoio, dando suporte à equipe e quando participei, pela primeira vez, de um Encontro pude conhecer, por meio dos números apresentados, a grandeza do trabalho desenvolvido pela Inteligência. Senti muita satisfação de estar contribuindo. Atuar nessa equipe é um aprendizado contínuo", afirma a servidora.

Em 2011, a APEGR passa a integrar o Plano de Ação Integrada (PAI) do MPS, onde foram instituídas metas que seriam mensalmente avaliadas, estruturado em consonância com o Plano Plurianual – PPA.

Neste mesmo ano, a Portaria MPS nº 751 aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Previdência Social – MPS, cabendo à Secretaria Executiva – a qual a APEGR era subordinada, supervisionar e coordenar os programas e atividades de combate à fraude ou quaisquer atos lesivos à Previdência Social, mediante ações e procedimentos técnicos de Inteligência.

PORTARIA MPS Nº 751, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011 - DOU DE 30/12/2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, da Constituição, e tendo em vista o art. 6º do Decreto nº 7.528, de 21 de julho de 2011, resolve

Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Previdência Social - MPS, na forma dos Anexos I a V desta Portaria, correspondentes:

Anexo I - Gabinete do Ministro - GM

Anexo II - Secretaria Executiva - SE

Anexo III - Consultoria Jurídica - CONJUR

Anexo IV - Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPSS

Anexo V - Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MPS/GM nº 47, de 26 de janeiro de 2011.

GARIBALDI ALVES FILHO

Esta portaria foi um marco na história uma vez que, de acordo com o inciso V, do art. 14, do anexo II, a APEGR passou a instituir, com a anuência do Secretário Executivo, suas representações regionais.

Art. 14. À Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos - APEGR compete:

I - planejar e coordenar as ações orientadas à produção de informações estratégicas de inteligência para assessorar as autoridades da Previdência Social no processo decisório;

II - produzir conhecimento estratégico voltado ao combate de ilícitos e à gestão de riscos;

III - planejar e coordenar o exercício sistemático e permanente de suas ações especializadas, orientadas à produção e salvaguarda do conhecimento estratégico, bem como dos grupos de trabalho integrantes das forças-tarefas previdenciárias voltadas ao combate aos ilícitos organizados contra a Previdência Social, articulando-se com o Departamento de Polícia Federal, Ministério Público Federal e Agência Brasileira de Inteligência;

IV - representar a Secretaria-Executiva perante o Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, nos assuntos relacionados às atividades estratégicas de inteligência e à gestão da segurança organizacional; e

V - instituir, com anuência do Secretário-Executivo, representações regionais da APEGR.

"Na gestão do Dilmar, uniformizamos procedimentos. Trabalhávamos com denúncias e batimento de dados. Elaborávamos, com a ajuda dos analistas previdenciários, relatórios robustos, muito bem concluídos e posso dizer que 99% dos relatórios geraram inquéritos policiais", enfatizou Neusa Campos.

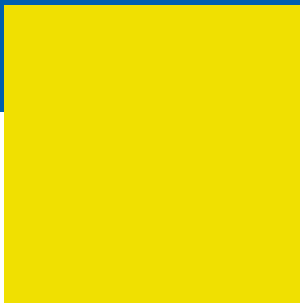


“

NA INTELIGÊNCIA TRABALHAR EM EQUIPE É
FUNDAMENTAL. APRENDI A ACOMPANHAR
AS NECESSIDADES DOS COLEGAS QUE
TRABALHAVAM NA PONTA E A BUSCAR OS
MEIOS PARA QUE A ATIVIDADE DE COMBATE À
FRAUDE ACONTECESSE.

Marcelo Henrique de Ávila

”



Em maio de 2012, Marcelo Henrique de Ávila assumiu a chefia da APEGR, cargo que exerceu por mais de 10 anos, até dezembro de 2022, embora sua história na Inteligência da Previdêncial Social tenha se iniciado anos antes.

Marcelo relata que foi convidado a trabalhar na área de Inteligência com o intuito de desenvolver sistemas para batimento de dados e participou da criação do sistema "Batman". Quando houve a mudança da estrutura para a APEGR, em junho de 2006, foi convidado a assumir a Coordenação de Tratamento, Análise e Proteção da Informação.

Ávila comenta que não conhecia a atividade de Inteligência. Fez alguns cursos, entre eles a Escola Superior de Guerra (ESG) que lhe deu novos referenciais. "Me sensibilizou para outras questões da Inteligência, sobretudo da importância das parcerias e da interação entre as instituições. Tentamos manter uma relação muito próxima com a governança da Polícia Federal, para facilitar a solução de problemas. Sempre procurei valorizar o nosso trabalho perante o parceiro", salienta.

O então chefe da APEGR, Marcelo, observa, ainda, que a formação de um profissional de Inteligência, não é uma coisa trivial, é preciso aprimoramento. "É essencial ter vivência com o trabalho, saber como conduzir, perceber os riscos e as ameaças. É estar atento para os contextos, as oportunidades, as ameaças, que só o amadurecimento profissional traz".

Como coordenador da área, Marcelo Ávila fala sobre a importância do trabalho em equipe. "Na Inteligência trabalhar em equipe é fundamental. Aprendi a acompanhar as necessidades dos colegas que trabalhavam na ponta e a buscar os meios para que a atividade de combate à fraude acontecesse".

O auditor destaca a importância das parcerias com a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Ativos (ENCCLA) e com a Seguridade Social Espanhola. "Por meio da interação, muito próxima, com a Enccla pudemos discutir a questão da fraude documental em grandes fóruns. Conseguimos, inclusive, realizar um evento Internacional sobre esse tema", enfatiza Marcelo.



Carta de Curitiba

Ao longo dos seus quase 20 anos de existência, a Inteligência Previdenciária galgou patamares de excelência na defesa do patrimônio da Previdência Social, proporcionando resultados expressivos em atuação conjunta com instituições parceiras no combate incansável aos ilícitos organizados e na produção de conhecimentos estratégicos voltados ao assessoramento dos gestores.

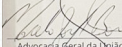
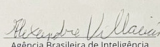
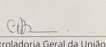
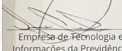
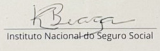
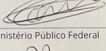
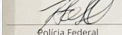
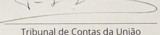
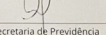
Profissionalismo, dedicação e comprometimento são marcas registradas de seus colaboradores, que com força e honra constroem o grande legado da Inteligência Previdenciária.

Sua atuação no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, construída nas bases sólidas da Doutrina de Inteligência Previdenciária, norteadas pelos valores e princípios da atividade, representa contribuição estratégica para o processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência necessários ao processo decisório do Poder Executivo, relativamente ao seu escopo de atuação, qual seja, a matéria previdenciária.

A Inteligência Previdenciária, como construto coletivo, é resultado da amálgama de instituições parceiras que representam verdadeiro sopro vital a oxigenar o processo intelectual de produção de conhecimentos úteis para a sociedade brasileira. São relações institucionais edificadas sobre as sólidas bases da confiança e da credibilidade, pedras fundamentais do trabalho.

Neste ato simbólico, por ocasião da cerimônia de abertura do ano comemorativo dos 20 anos da Inteligência Previdenciária, em reverência e reconhecimento ao valor inestimável dos seus parceiros, a Secretaria de Previdência conchama as instituições abaixo assinadas a reafirmarmos o compromisso com a cooperação, a integração e o apoio institucional mútuo pela proteção do patrimônio da Previdência Social, especialmente no enfrentamento da corrupção e de ações ilícitas organizadas.

Curitiba, 7 de dezembro de 2017

 Advogado Geral da União	 Agência Brasileira de Inteligência	 Controladoria Geral da União
 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência	 Instituto Nacional do Seguro Social	 Ministério Público Federal
 Polícia Federal	 Tribunal de Contas da União	 Secretaria de Previdência

Carta de Curitiba – preparativos – 20 anos de Inteligência Previdenciária – 2017

The George Washington University

School of Business

IBI - THE INSTITUTE OF BRAZILIAN BUSINESS AND PUBLIC MANAGEMENT ISSUES

is pleased to recognize

Dilmar Pregardier

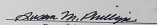
for having successfully completed the

Advanced Seminar on Combating Corruption

Washington, D.C., October 6-17, 2008


Dean, The Institute of Brazilian Business and Public Management Issues




Dean, School of Business

Certificado The George Washington University – 2008



Medalha Ordem do Mérito Militar Grau de Cavaleiro, Exército Brasileiro – 2020 e Colaborador Emérito, Exército Brasileiro – 2017

6

JUNÇÃO DAS MATÉRIAS: PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA



Em 2017, com a extinção do Ministério da Previdência Social, determinado pelo Decreto Nº 9.003, o Ministério da Fazenda abarcou a pasta da Previdência. A APEGR recebeu nova denominação como Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária (CGINP). A Portaria nº 359, de 26 de julho de 2018, aprovou o regimento interno da Secretaria de Previdência.

Neste período, Maria Alice de Souza Nogueira, técnica do Seguro Social, assumiu a Coordenação de Operações da CGINP. Ela destaca a implantação do Painel de Indicadores. “Esse trabalho apontava distorções nas concessões dos benefícios de pensão por morte, benefício assistencial ao idoso e nos pagamentos alternativos (PAB). Minha função era realizar o levantamento de dados e subsidiar as equipes com informações técnicas. O objetivo era facilitar e melhorar o trabalho de quem estava na linha de frente”, finaliza Alice.

Em 2019, aconteceria outra mudança. A Medida Provisória nº 870 – convertida na Lei nº 13.844/2019 criou o Ministério da Economia (ME), absorvendo as Secretarias de Previdência Social e do Trabalho, dando origem, assim, à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Neste mesmo ano, mediante o Decreto Nº 9.745, de 8 de abril, a Inteligência Previdenciária incorporou a Inteligência Trabalhista, renomeada de Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista (CGINT), subordinada à Subsecretaria de Assuntos Corporativos (SUCOR), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT).

O auditor fiscal do trabalho, Fernando César da Mata Reis, foi chamado para dirigir a Coordenação de Operações Especiais em Trabalho (COEST). “Fui convidado para assumir uma missão que con-

siderei desafiadora. Quando me disseram que atuaria na Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista, não parei para pensar. Decidi que queria fazer alguma coisa diferente, um trabalho especial", contou Fernando.

Em 22 de abril, foi publicada a Portaria nº 225 que designou os chefes dos Núcleos Regionais de Inteligência. Segundo Cinara Wagner Fredo, ex-subsecretária da SUCOR, era preciso efetivar uma estrutura para os Núcleos de Inteligência, uma vez que servidores eram cedidos por meio de Portarias, o que tornava o sistema frágil. "Começamos a redesenhar as estruturas e conseguimos contemplar os Núcleos Regionais. Neste sentido, foi possível expressar o reconhecimento e a importância de quem era responsável pela gestão nos estados", comenta Cinara.

Para Marcelo Ávila, a estruturação da área foi um grande acontecimento na sua gestão. "As funções dos Núcleos Regionais era um débito antigo para legitimarmos o trabalho da ponta e reforçar a representatividade da Inteligência nos estados".

Após dois anos sob a estrutura do Ministério da Economia, o Decreto Nº 10.761, de 02 de agosto de 2021, aprovou a Estrutura Regimental do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). Assim, a CGINT ficou subordinada à Subsecretaria de Assuntos Corporativos do MTP, tendo como obrigação legal supervisionar e coordenar as atividades de prevenção, detecção, análise e combate à fraude ou outros atos lesivos ao patrimônio público em matérias relacionadas à legislação previdenciária e trabalhista, por meio de ações e procedimentos técnicos de Inteligência e Contraineligência.

No ano de 2022, com o Decreto Nº 11.068, a CGINT passou a integrar a Secretaria Executiva do MTP, respondendo diretamente ao Secretário Executivo.

Neste ano, a CGINT fez parte de um grande projeto, participando da organização de uma reunião que abordou o tema "Tecnologia Aplicada ao Combate à Fraude na Seguridade Social da Espanha". O trabalho fez parte de um acordo

internacional com a Embaixada da Espanha, que apresentou ao Brasil a Oficina de Dados – um ambiente virtual que utiliza fundamentos de Ciência de Dados no combate às fraudes, no sistema de Seguridade Social daquele país. “Ter participado da organização desse evento, em parceria com a seguridade social espanhola, demonstra a valorização e reconhecimento da Espanha ao nosso trabalho”, apontou Marcelo Ávila.

O auditor fiscal manifestou reconhecimento ao deixar a coordenação da área em dezembro de 2022.

“Sinto gratidão por concluir essa missão e realizar um bem para a sociedade e para o País. O privilégio de presenciar os colegas vivenciando a experiência de realização profissional na Inteligência da Previdência Social me marcou mais do que qualquer trabalho. Isto sempre me deixou muito motivado. A força da Inteligência da Previdência Social está na capacidade de trabalho, na competência técnica dos servidores que a compõe, em valores que não são possíveis quantificar e no caráter dos profissionais que integram a atividade”.

A Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, restabelece o Ministério da Previdência Social e a Inteligência da Previdência Social passa por uma nova mudança. O Decreto Nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023, atribuiu competência à Secretaria Executiva para, dentre outras, supervisionar as atividades de prevenção, de detecção, de análise e de combate às fraudes, ou outros atos lesivos ao patrimônio público de matéria de legislação previdenciária. Essas atribuições ora executadas pela Coordenação de Inteligência da Previdência Social (COINP) e seus Núcleos Regionais.

Em 2023, Thaís Regina de Santana, Analista do Seguro Social, é convidada para assumir a COINP, que por força do Decreto nº 11.973, de 1º de abril de 2024, passou a ser designada Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP). A servidora relata que trabalhava na Agência da Previdência Social (APS) de Caruaru/PE quando foi requisitada a fazer parte de um grupo de trabalho, em 2009. Naquele momento conheceu a APEGR, pois, até então, não sabia da existência da área. Logo, Conceição, que era a chefe da Representação Regional em Pernambuco – REAPE-PE, à época, deixou claro qual era o foco de atuação da Inteligência.

Após três anos, Thaís foi cedida para REAPE-PE. Em 2017, assumiu a chefia dessa representação. A coordenadora conta que um dos trabalhos marcantes da sua trajetória foi uma Operação de Força-Tarefa resultante do primeiro trabalho realizado na Inteligência, fruto da análise de denúncias.

39%

da força de trabalho da Inteligência da Previdência Social é composta por mulheres.

A coordenadora orgulha-se de ter feito parte da equipe que concebeu a Doutrina e os Manuais da Inteligência Previdenciária.

Thaís Santana destaca a vocação da equipe da Inteligência, pois para ela “ter um propósito no serviço público é o diferencial do nosso grupo. Nossa equipe sabe o que tem que fazer e como fazer”. “Nossa forma de trabalho é modelo para muitos órgãos, inclusive, já fomos procurados por outros Ministérios que desejam implantar uma área de Inteligência. Nosso arcabouço metodológico interno é muito bom e muitos parceiros vêm conhecer nosso *Know-how*, pois trabalhamos estrategicamente, e esses órgãos têm interesse na nossa sistemática”, considera a coordenadora.

Thaís comenta sobre sua indicação para assumir a área. “Ser a primeira analista mulher a exercer o cargo de coordenadora de Inteligência tem seu valor, pois ainda é um ambiente muito masculino, embora a equipe da Previdência reúna muitas mulheres, e, creio que esse é o caminho. O importante não é o gênero, mas a capacidade. Esse é um motivo de muito orgulho”, enfatiza Thaís.



“

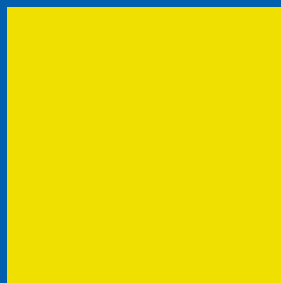
TER UM PROPÓSITO NO SERVIÇO PÚBLICO É O
DIFERENCIAL DO NOSSO GRUPO. NOSSA EQUIPE
SABE O QUE TEM QUE FAZER E COMO FAZER.

Thaís Regina de Santana

”

7

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL



Atividade de Inteligência da Previdência Social é o exercício sistemático e permanente de ações especializadas direcionadas para obtenção de dados, produção e difusão de conhecimento, com o objetivo de assessorar autoridades do MPS e seus órgãos vinculados. Engloba, ainda, a salvaguarda de conhecimento, pessoas, áreas e meios de interesse deste Ministério.

Sua atuação está focada nas ameaças à finalidade da Previdência Social e no enfrentamento das ações ilícitas organizadas contra o patrimônio previdenciário, de forma sistemática e permanente.

Com métodos próprios de análise para detecção, prevenção e investigação de graves ameaças, representadas por fraudes estruturadas, a CGINP monitora, continuamente, as principais tipologias de fraude em benefícios previdenciários, e produz conhecimentos para assessorar o processo decisório, subsidiando investigações da Polícia Federal, no âmbito da Força-Tarefa Previdenciária (FTP).

"A Inteligência baseia-se na confiança. Você só passa um dado ou uma informação, se confiar no profissional. Além disso, o agente de Inteligência precisa correr atrás do conhecimento. Muitas vezes, recebemos uma dica e temos que confirmar o fato", comenta João Vieira.

A Inteligência está dividida em dois ramos: Inteligência e Contra-inteligência. Enquanto a atividade de Inteligência é voltada à análise, obtenção de dados, produção e a difusão de conhecimentos sobre fatos ou situações, a Contra-inteligência se destina à prevenção, detecção, obstrução e neutralização de ações adversas de qualquer

natureza, que constituam ameaças à proteção de dados e pessoas, informações e conhecimentos de interesse da Previdência Social.

Ambos os ramos constituem instrumentos destinados ao planejamento, coordenação, execução e acompanhamento de ações voltadas ao combate às fraudes, em especial, aos ilícitos organizados contra o patrimônio previdenciário do trabalhador brasileiro.

A atividade de Inteligência trabalha, também, a partir da integração com instituições parceiras, compondo as atribuições da Inteligência Previdenciária. São aspectos cruciais para a coleta de dados e informações importantes à produção do conhecimento.

Marcelo Ávila aborda a importância das cooperações institucionais para a área. "Os parceiros foram relevantes ao longo de toda história. Cultivar, tratar e cuidar das parcerias passou a ser prioridade da Inteligência da Previdência Social. Quando existe respeito mútuo, há muitos ganhos institucionais".

O auditor do trabalho, Fernando Reis, também reflete sobre as parcerias e comenta ter aprendido, na Inteligência da Previdência Social, que a área é composta por três pilares: "A equipe, os parceiros e a metodologia".

Cinara Fredo observa que quando foi gerente executiva do INSS, em Curitiba, a Inteligência era algo muito distante. No entanto, o chefe da área, naquele momento, se colocou como parceiro da Gerência.

"Percebi que podíamos contar com a Inteligência enquanto parceira e a questão do trabalho silencioso fazia sentido por conta da natureza da atividade. Tive a convicção de que as Gerências precisavam contar com a área. Não somente as Gerências, mas, o INSS como um todo." *Cinara Fredo*



Diploma do Exército Brasileiro 2022

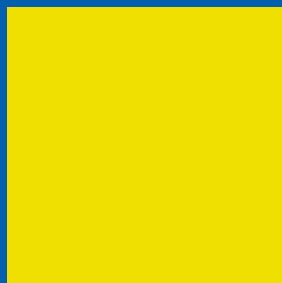


Certificado Medalha do Pacificador 2020



Histórico da Medalha Exército Brasileiro

FORÇA-TAREFA PREVIDENCIÁRIA

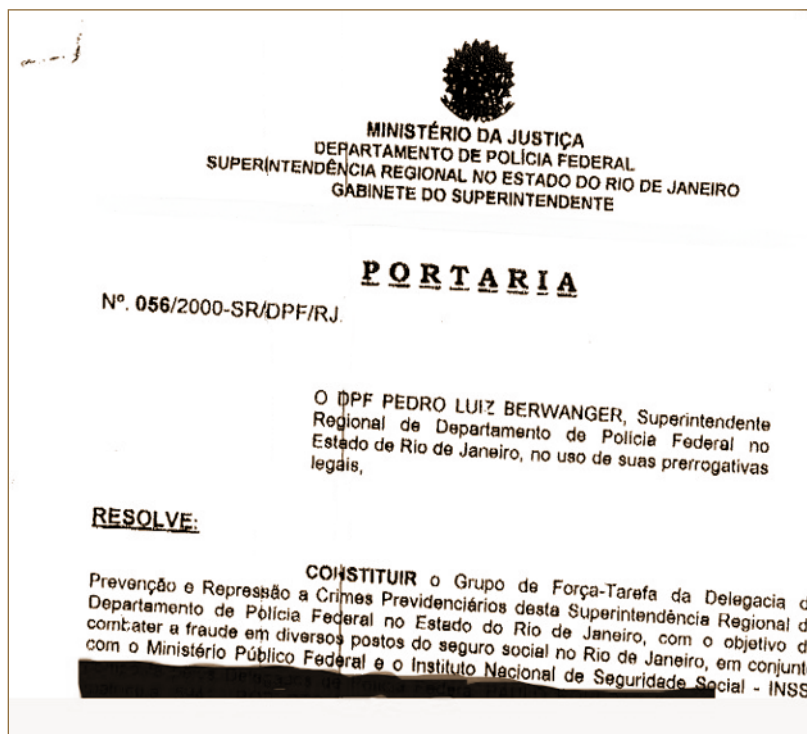


A Portaria nº 3.700, de 8 de março de 2000, designou o primeiro grupo de trabalho (GT) da Previdência para atuar no Rio de Janeiro, equipe que se transformaria na primeira Força-Tarefa da Previdência Social (FTP). O estafe tinha como finalidade implementar ações específicas, localizadas e complementares aos cruzamentos de bases de dados da Previdência Social e de outros órgãos e entidades, para subsidiar o combate à fraude e à sonegação das receitas previdenciárias. O GT era composto por um fiscal de Arrecadação Previdenciária, que coordenava o trabalho; uma técnica do Seguro Social do INSS e dois membros da Empresa de Tecnologia – Dataprev.

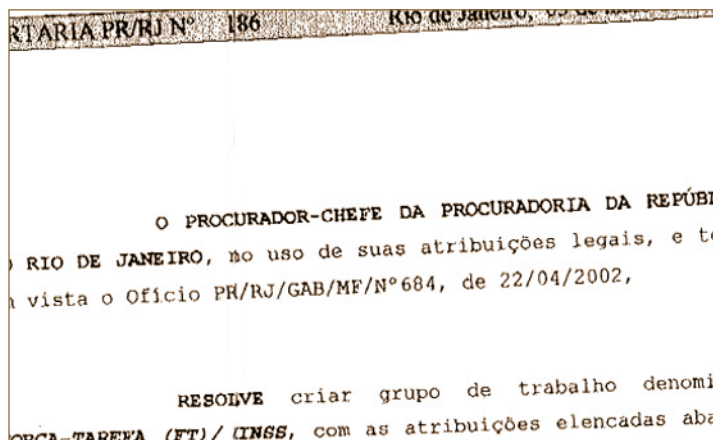


Segundo João Vieira, foi Jailton Cancio quem lançou a ideia da FTP. “Ele fazia alguns trabalhos de apuração na Superintendência do INSS, na Bahia, e com a sua experiência passou a fazer contatos com a Polícia Federal (PF) e com o Ministério Público Federal (MPF). A partir daquele momento, começamos os trabalhos de pesquisa na área de benefícios”, comenta Vieira.

Um mês após a publicação da Portaria nº 3.700 do MPAS, a Polícia Federal emitiu a Portaria nº 56, em 12 de abril de 2000, que formalizava a atuação da Força-Tarefa Previdenciária no Estado do Rio de Janeiro. Faziam parte a Delegacia de Prevenção de Crimes Previdenciários (DELEPREV), o Instituto Nacional do Seguro Social e o Ministério Público Federal, cujo objetivo específico era combater fraudes nos Postos do Seguro Social, no Rio de Janeiro.



Neste mesmo íterim, na data de 03 de maio de 2002, a Procuradoria da República do Rio de Janeiro emitiu a Portaria nº 186.



A iniciativa era baseada na cooperação mútua entre os órgãos que a integravam, com o propósito de buscar o aprimoramento da eficiência e eficácia na investigação e punição dos crimes organizados contra a Previdência Social.

O grupo da Previdência era composto por servidores do INSS, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e Exército, chefiados pelo auditor fiscal, Gilson Aquino. "A equipe ocupava mais de dois andares no Ministério Público Federal, eram mais de 15 salas. Contávamos com uma equipe competente, pessoas muito sérias e trabalhadoras", lembra Aquino.

O delegado da Polícia Federal e Coordenador-Geral de Polícia Fazendária – CG-FAZ, Carlos Henrique Oliveira de Souza, coordenou a equipe de Força-Tarefa no âmbito da PF, em 2000. Ele enfatiza que contavam com uma boa estrutura e servidores dedicados.

"A combinação das pessoas que formavam o grupo foi muito feliz. Existia um espírito de colaboração, sem protagonismo da Polícia, do INSS ou do Ministério Público. Muitas vezes o time trabalhava nos finais de semana. Eram os melhores servidores, das três instituições". *Carlos Henrique*

Luiz Henrique Tomaz da Silva, chefe do Nuinp-PE, aponta que a Força-Tarefa no Rio serviu como um laboratório. Como exemplo, lembra que policiais federais de todo o País eram convocados para colaborar com o trabalho. "Havia dedicação exclusiva de delegados e agentes da PF. Lembro que alguns delegados eram encarregados por mais de 800 inquéritos, para se ter uma ideia da enormidade da tarefa".

Gílson Aquino recorda que a atividade desenvolvida pela FTP trouxe reconhecimento para o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, pelo número de prisões e inquéritos abertos no período.

Maria da Conceição Jesus da Silva, chefe do Nuinp-BA, acentua o relacionamento das equipes.

"A interlocução da Previdência com esses órgãos era muito grande. A própria Justiça chegou a determinar, como resultado do trabalho da FTP, a suspensão de mais de 1.500 benefícios, porque estávamos provando que existiam irregularidades. Descobrimos casos em que todos os vínculos do segurado eram fraudulentos, foram inseridos no sistema sem, sequer, uma contribuição." *Conceição*

Conceição revela, ainda, que o primeiro GT começou com 22 servidores, entre eles servidores da ABIN e Dataprev. "Trabalhávamos com o sistema Dardo que fornecia insumos para nossos relatórios. Descobrimos milhares de CPF fraudulentos com a mesma série e todos recebendo benefícios".

"Naquele período foram realizadas Operações muito grandes, um exemplo foi a 'Morto-Vivo', onde as informações de pessoas **vivas** eram utilizadas para gerar pensões de valores altíssimos, mas elas não tinham conhecimento que seus dados estavam sendo utilizados", comenta Conceição.

O delegado Carlos Henrique aponta que a Força-Tarefa trouxe uma mudança nos padrões das investigações na Polícia Federal, na área previdenciária. Ele menciona que, antes do GT, as denúncias demoravam muito a chegar na Polícia, muitas vezes, três ou quatro anos da efetivação da fraude. "A recuperação de informações de fatos que ocorreram há quatro ou cinco anos é muito mais difícil. Resgatar imagens, dados era quase impossível. E tínhamos apenas os métodos mais tradicionais de investigação. Então, a FTP mudou esse paradigma".

O delegado relembra que os servidores apuravam as informações em tempo real. "A equipe elaborava relatórios mais sucintos, mas que serviam de base para o início de uma investigação. Começamos a investigar a partir de fatos contemporâneos." *Carlos Henrique*

Outro ponto de destaque, mencionado por Carlos Henrique, era com relação à classificação da fraude. "Quando descobríamos uma determinada tipologia de fraude, se buscava no sistema outros benefícios com as mesmas características e que, provavelmente, também tinham sido fraudados".

O procurador federal Jailton recorda que a equipe da FTP precisou encontrar uma forma de trabalho para que os relatórios pudessem integrar os processos judiciais, ou seja, que as informações levantadas pela Inteligência Previdenciária pudessem ser agregadas aos autos.

Em referência ao cruzamento de dados, o procurador revela, ainda, que buscaram teses de estudos de pós-graduação de Engenharia da Produção, na Universidade Federal de Santa Catarina. "Não tínhamos programas de Inteligência artificial e essa equipe estava iniciando um trabalho nessa área. Fizemos contato, também, com a empresa responsável pelo DPVAT no Rio, fomos conhecer o processo de trabalho deles".

Alberto Augusto Teixeira Carneiro, auditor fiscal da RFB, participou do primeiro GT da Força-Tarefa. “Fazíamos diligências para apurar a veracidade de vínculos empregatícios suspeitos, elaborávamos relatórios sucintos com base na verificação de documentos. Esse trabalho foi evoluindo ao longo dos anos, para alcançar o nível que estamos hoje”.

O auditor menciona um trabalho marcante daquele tempo. Um grupo de servidores que atuava na Força-Tarefa precisava buscar alguns processos concessórios no Posto de Benefícios, pois os processos eram físicos. O carro disponibilizado foi uma Kombi e o motorista acabou “errando o caminho”. A viatura da Polícia Federal que vinha logo atrás parou na frente do veículo e mandou o grupo voltar imediatamente. “A situação, apesar de ter sido tensa, acabou sendo cômica. Foi muito engraçado. Ríamos muito, de nervosos”, descreveu Alberto.

Alberto conta que viveram muitos momentos tensos e ao mesmo tempo engraçados naquele período. Lembrou de uma Operação em que a equipe ficou mais de 12 horas realizando buscas em um escritório de contabilidade.

O delegado Carlos Henrique rememora que a FTP estabeleceu uma relação de confiança entre a Polícia e a Previdência Social. Criou-se uma cultura de trabalho em conjunto, houve o fortalecimento da relação. “Eu tive a sorte de entrar na Polícia e participar desse trabalho. Quando se mostram os resultados, ganha-se legitimidade”.

Em 2003, o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União, aprovado pelo Acórdão nº 314, ressaltou a importância da atuação da Força-Tarefa Previdenciária. Ela foi considerada como aprimoramento dos mecanismos de detecção, investigação e punição de atos relacionados a ilícitos organizados contra a Previdência Social.

NÚMERO DO ACÓRDÃO: ACÓRDÃO 314/2003 - PLENÁRIO	RELATOR: ADYLSON MOTA	PROCESSO: 015.889/2001-5
TIPO DE PROCESSO: RELATÓRIO DE AUDITORIA (RA)	DATA DA SESSÃO: 02/04/2003	NÚMERO DA ATA: 11/2003 - Plenário
INTERESSADO / RESPONSÁVEL / RECORRENTE: Responsável: Judithe Izabel Izê Vaz (CPF XXX.741.440-XX)		
ENTIDADE: Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		
UNIDADE TÉCNICA: SECEX-4 - 4ª Secretaria de Controle Externo		
ASSUNTO: Relatório de Levantamento de Auditoria realizada no INSS nos controles internos adotados na concessão de benefícios previdenciários		
SUMÁRIO: Relatório de Levantamento de Auditoria. Audiência. Recomendações e determinações. Encaminhamento de cópia.		
ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do Relatório de Levantamento de Auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando apurar informações relativas aos controles internos adotados pela referida Autarquia na concessão de benefícios previdenciários, para subsidiar futuros trabalhos deste Tribunal.		

9.3 recomendar ao Ministério Público Federal, ao INSS e à Polícia Federal que enviem esforços para oficializar a atuação conjunta dos três órgãos por meio da Força Tarefa para combate de crimes previdenciários, mediante convênio ou portaria conjunta, contendo definição de regulamento próprio e destinação de recursos humanos, materiais e financeiros específicos, inclusive para estender os trabalhos aos demais estados além do Rio de Janeiro e São Paulo;

O documento recomendou a extensão da atuação da Força-Tarefa Previdenciária para outros estados brasileiros. "No mesmo ano, a metodologia de trabalho foi difundida para os demais estados do País e consolidou-se como braço ostensivo da Inteligência Previdenciária", afirmou Ávila.

Maria Alice de Souza Nogueira mencionou que foi trabalhar na APE em 2003. "Naquele tempo, poucos estados contavam com equipe de Força-Tarefa. Assumimos a responsabilidade e o desafio de implementarmos a ação nas regiões Norte e Nordeste".

Alice recorda que a missão da equipe era encontrar um espaço onde fosse possível agrupar a Polícia Federal, o Ministério Público (MP) e a Previdência Social. "Fomos nos estados: Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Nos reuníamos com gerentes executivos do INSS, com a PF e o MP e apresentávamos os objetivos. A partir daquele momento, os responsáveis pela área davam continuidade ao trabalho" – lembra.

Por trás de toda Operação existe um setor que simboliza com perfeição a denominação “Soldados do Silêncio”, como são chamados os profissionais que atuam na Inteligência. Tatianne Keyla Furtado Ribeiro é uma das analistas que está há mais tempo na CGINP, desde 1999, no setor do Apoio – uma área vital para o desenvolvimento do negócio. Essa seção é responsável por diversas atividades administrativas, seja a emissão de portarias de trabalho, até a emissão de convocações, para que os analistas da Inteligência possam participar das operações em regime de Força-Tarefa.

FORÇA-TAREFA PREVIDENCIÁRIA

Inteligência da Previdência Social – Produz conhecimento com ênfase no combate à ilícitos organizados contra a Previdência Social.

Força-Tarefa Previdenciária – Detecta e analisa os indícios de autoria e materialidade da fraude.

Polícia Federal – Instaura inquérito e procede às investigações

Ministério Público Federal – Oferece a denúncia.

OPERAÇÕES



Apoio Operacional da Força Aérea Brasileira

As operações de FTP realizadas desde o ano 2000 concretizam, substancialmente, o trabalho da Inteligência da Previdência Social, quando se trata de combate às fraudes.

Entre 2003 e 2023, a CGINP realizou 1.251 ações conjuntas contra fraudes, cumprindo 11.112 mandados judiciais, dos quais 2.838 foram de prisão. Além dessas prisões, foram realizadas 802 prisões em flagrante, totalizando 3.640. Tais ilícitos provocaram um prejuízo estimado de pelo menos R\$ 6,8 bilhões aos cofres públicos. Por outro lado, a desarticulação desses esquemas criminosos resultou em uma economia projetada de pelo menos R\$ 6,4 bilhões.

"Me recordo de um caso inusitado que aconteceu em uma operação de busca e apreensão. Ao rastrear a casa do alvo, o servidor ergueu um Santo e percebeu que havia alguma coisa dentro do objeto. Tal foi a surpresa, pois o Santo estava recheado de dinheiro!". *Conceição*

O médico perito, Sebastião dos Santos Filho, narra um caso que vivenciou após uma operação envolvendo benefícios por incapacidade. "Estávamos realizando as perícias presenciais de segurados envolvidos em irregularidades de benefícios por incapacidade, quando um dos detidos se manifestou: "Doutor! Preciso urgentemente tomar meus remédios, pois terei um troço! Ninguém me segura se eu tiver esse troço! Fico muito agressivo e posso quebrar tudo!"

Dr. Sebastião revelou que a pessoa foi ficando alterada e ele precisou chamar o policial federal que estava do lado de fora da sala. Rapidamente, três policiais entraram. Quando o agente perguntou o que estava acontecendo veio a grande pérola: "...Policial, eu estava dizendo pra eles que preciso tomar remédios para cabeça senão fico louco e quebro tudo". O oficial logo respondeu "o senhor encontra-se detido nas dependências da Polícia Federal e aqui não temos farmácia e nem remédio para fornecer para ninguém!"

Naquele momento, o detido replicou "Eu sei que estou preso, que vocês me pegaram em casa. Mas se vocês não têm meu remédio, eu vou ali na minha casa buscá-lo e já volto" e foi se levantando para sair. Imediatamente, num ato de extrema habilidade, o policial o fez sentar novamente. "O senhor está preso e não vai sair daqui tão cedo!", afirmou o agente. "Então tá, se estou preso, preso eu vou ficar", respondeu o cidadão. *Dr. Sebastião*

O médico perito Oney conta uma passagem um tanto cômica. "Certa vez fomos em uma Operação Policial, onde um dos presos passou por uma avaliação médica. Ao conversar com o detido, questionei: "Fulano, como você faz o acompanhamento dessa doença?" O cidadão respondeu: "Doutor, chegaram na minha casa, bateram na minha porta logo pela manhã, minha família ficou assustada, estou preso e o senhor ainda vem falar que tenho essa doença!?" Ocorre que a pessoa estava detida exatamente pela simulação da patologia que a quadrilha havia fraudado nos laudos médicos."



Nomes das Principais Operações Especiais da Força-Tarefa

A INTELIGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM NÚMEROS



Um montante de 6,4 bilhões é a economia estimada aos cofres públicos da Previdência Social, em decorrência da desarticulação de esquemas criminosos estruturados contra a Previdência Social.

1.251

ações conjuntas

3.640

prisões

6.804

buscas e apreensões

1.246

conduções coercitivas

153

suspensões de atividades

(Fonte – arquivo de gestão interno –
período 2003 a 2023)

Essa permanente ação repressiva contra os ilícitos previdenciários proporciona efeito dissuasório (pedagógico) ao tentar inibir a atuação de potenciais fraudadores, em face do risco diferenciado de detecção e punição a que estão sujeitos.

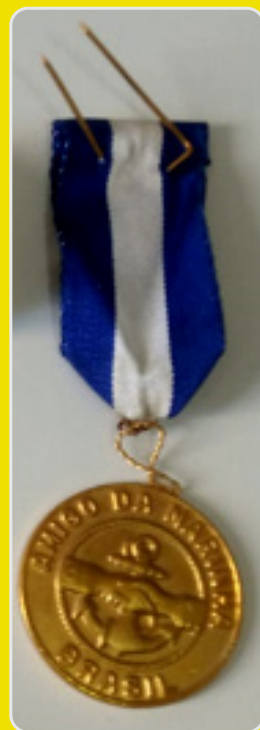
Os resultados até agora alcançados, nos 25 anos de atividade da Inteligência Previdenciária, estão calcados na constante busca da cooperação com outros órgãos que possam contribuir, direta ou indiretamente, para o sucesso dos trabalhos realizados no âmbito do MPS. Ações estas que apenas foram obtidas em virtude dos valores humanos dos que laboram na CGINP, compostos, em sua maioria, por servidores cedidos pelo INSS, capacitados e aculturados na atividade de Inteligência, com destacado conhecimento técnico-previdenciário.

Denise Cajá que sempre atuou nos bastidores evidencia o trabalho da Inteligência. “Se não houvesse essa atividade de combate às fraudes, como seria?”

Em 2023, a Inteligência da Previdência Social, em parceria com o INSS e com a Polícia Federal, alcançou o expressivo número de 100 ações de FTP em um mesmo ano, gerando assim uma economia projetada de R\$ 481 milhões aos cofres públicos somente naquele ano.



Medalha de
Reconhecimento SSP
– Distrito Federal



Medalha – Amigo da Marinha



Medalha do
Pacificador –
Exército Brasileiro



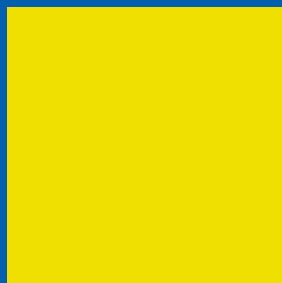
Medalha de
Reconhecimento do
Exército Brasileiro



CSIE - ESD - ESG - 2021

10

A CGINP PELO BRASIL



A Inteligência da Previdência Social está organizada por uma Coordenação-Geral, três Coordenações: Contrainteligência, Informações Estratégicas e Operações Especiais e 25 Núcleos Regionais em Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Campinas-SP, Sergipe e Tocantins.

São 82 servidores distribuídos na Coordenação-Geral e nos Nuinp, entre auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, administradores, analistas, técnicos, perito médico Federal, agentes administrativos e colaboradores da Dataprev.

A VOZ DOS REGIONAIS

"Em 2006, deparei-me com um edital de seleção de servidores para a Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos da Previdência Social – APEGR. A cada linha onde as atribuições eram descritas, crescia o sentimento: é esse tipo de trabalho que gostaria de um dia fazer! Onze anos depois, enfim, chegou a oportunidade e fui recebido na Inteligência da Previdência Social! Quanto aprendizado, quantas pessoas honradas, quanto serviço prestado em silêncio, sem holofotes, mas com uma marca inconfundível de dedicação e qualidade. Parabéns, Inteligência!"

Geraldo Henrique dos Santos Melo – *Nuinp/AL*

"Ao longo destes anos temos dedicado nossas vidas a essa atividade. Estamos sempre no combate aos crimes previdenciários. Obrigada a todos os amigos que, em trabalho de equipe, souberam sorrir, chorar e abraçar. Na alegria e na tristeza temos uma comunhão entre nós. Encerramos assim, com: Parabéns pelo nascimento "Apeano" e felicidades por 25 anos de vida."

Ana Lúcia Lira Mendes – *Nuinp/AM*

"Só posso dizer que durante todo este período de trabalho na Inteligência da Previdência Social desfrutei de muita satisfação e crescimento profissional. Tive diversas oportunidades de conhecer pessoas, fazer amizades que me acompanharão pelo resto de minha vida. Quando eu sair, vou com a sensação de dever cumprido. O que eu fiz pela Previdência, trabalhando na Inteligência, é o que eu faria se estivesse numa Agência, que é servir ao público, o nosso cliente, para garantir a ele os direitos de uma Previdência justa. Dar ao povo brasileiro aquilo que ele tem direito."

Maria da Conceição Jesus da Silva – *Nuinp/BA*

"Os desafios foram inúmeros nestes 25 anos, mas a certeza de que nossos esforços resultaram em sucesso coletivo, em que todos, de "mãos dadas", trabalharam com compromisso e resiliência, para que a Inteligência da Previdência Social tivesse o reconhecimento de todos os órgãos do setor. Somos TODOS UM SÓ, buscando sempre a verdade dos fatos investigados. Muita gratidão em fazer parte dessa equipe e em saber que estamos trabalhando para o bem do Brasil".

Reginaldo Nogueira de Castro – Nuinp/CE

"Não se trata apenas de um marco de 25 anos que celebramos hoje. A nossa jornada na Inteligência da Previdência Social é uma prova viva de dedicação incansável, conquistas e compromissos contínuos com a excelência, e, de adaptação e inovação das nossas capacidades frente aos novos desafios. Cada projeto concluído, cada objetivo alcançado e cada obstáculo superado, mostra a força de toda a nossa equipe e a visão que nos une. A todos os que fizeram e fazem parte dessa jornada, a minha mais profunda gratidão e respeito por todo o legado e história que nos trouxe até aqui e que nos impulsionam com a mesma paixão e dedicação para o futuro."

Adriano Elias Santos – Nuinp/DF

"Nossa Inteligência da Previdência Social completa 25 anos, dos quais participo há 17. Ela é a combinação de percepção, conhecimento especializado e experiência. Agradeço o crescimento pessoal e profissional. Parabéns por essa iniciativa que vem dando certo e colaborando com a sociedade como um todo."

Gumercindo Antonio Ribeiro – Nuinp/GO

"Minha consideração às pessoas ousadas de ideias que a criaram, e as fortes de espírito que a imortalizam".

Joel Damião dos Santos – Nuinp/MG

"Fazer parte da equipe de Inteligência da Previdência Social, onde seus componentes, por meio de diversas parcerias, primam por realizar trabalhos de alta qualidade e movidos por um sentimento de enfrentamento aos desafios que se apresentam é, sem sombra de dúvida, um enorme privilégio. Se voltasse no tempo, faria a mesma opção: entrar para a Assessoria de Pesquisas Estratégicas – APE."

Antonio Carlos Castro Santos – Nuinp/MA

"A comemoração dos 25 anos da INTELIGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL é um marco notável na vida de cada um dos profissionais da área. Tenho enorme satisfação e honra em fazer parte desta equipe de soldados do silêncio, assim, unidos e coesos, o sucesso do trabalho depende de cada um dos integrantes."

Adonai Rodrigues Coimbra – Nuinp/MT

"Trabalhar na Inteligência é buscar a verdade dos fatos com a finalidade de assessorar e proteger o bem público. É uma área instigante e que nos desafia a cada missão. Quando olhamos para trás, nestes 25 anos, e nos deparamos com os números de tudo que foi recuperado e da economia projetada com o nosso trabalho, sinto orgulho de fazer parte dessa equipe. Os resultados alcançados até agora nos dão a certeza de que estamos no caminho certo, trabalhando na recuperação do patrimônio do cidadão brasileiro."

Letícia Montanha Barbosa – Nuinp/MS

"Sinto muito orgulho em fazer parte da história destes 25 anos da Inteligência da Previdência Social e de pertencer a essa equipe de trabalho maravilhosa. Estamos presentes em quase todo o território nacional, como células que trabalham conectadas e sempre compartilhando conhecimentos. Deus permita que grandes vitórias aconteçam e juntos, com a força do nosso trabalho, possamos continuar contribuindo para uma Previdência Social mais forte."

Edilson Rodrigues de Carvalho – Nuinp/PA

"Ingressei na atividade de Inteligência no ano de 2000, por meio da Portaria Ministerial nº 3.700, de 08/03/2000, que instituiu um Grupo de Trabalho – GT na cidade do Rio de Janeiro, onde pude conviver com diversos colegas e juntos compartilharmos e trocarmos experiências diversas. Nessa longa caminhada, sinto saudades de alguns que não mais estão entre nós, mas que deixaram sua parcela de contribuição. Fazer parte do GT me fez ter um amor incondicional pela atividade de Inteligência e a felicidade de acompanhar sua estruturação e fortalecimento até os dias atuais. A todos que contribuíram meus parabéns e para finalizar juntos somos mais fortes." #PIR

Luiz Henrique Tomaz da Silva – Nuinp/PE

"Ao longo dos 25 anos de atuação da Inteligência Previdenciária, a CGINP tem sido um pilar fundamental no combate a fraudes previdenciárias. Seu trabalho meticuloso na identificação de padrões suspeitos, análise de dados e implementação de medidas preventivas tem sido um escudo vital na proteção dos recursos da Previdência Social. O comprometimento da CGINP em garantir que os benefícios cheguem às mãos daqueles que realmente necessitam é um exemplo brilhante de seu compromisso com a justiça e a transparência."

Thaís Maria de Sousa Soares – Nuinp/PI

"Somos todos família Apeana! Meu envolvimento nesta área, há cerca de 15 anos, tem sido gratificante e repleto de desafios. Uma das principais fontes de satisfação ao fazer parte da equipe é o sentimento de realização ao ver a união de todos em prol de um objetivo comum: combater incansavelmente a fraude previdenciária e salvaguardar o patrimônio da Previdência Social, que pertence ao povo brasileiro. Acredito que o senso de propósito e a paixão que compartilhamos pelo trabalho que realizamos são fundamentais para o sucesso da atividade de Inteligência Previdenciária e nos impulsiona a nos dedicar à essa nobre causa. Cada passo em nossa jornada é motivado pelo firme propósito de preservar a integridade de nossa Previdência Social e proteger o futuro dos cidadãos do nosso País." #PIR

Maristela Carvalho Porto Trindade – Nuinp/PR

"Eu tive o privilégio de entrar na família Apeana em 2004, embora já tivesse participado de outras Ações Conjuntas com a APE, entre 1999 e 2001, – atividade que me despertou para um novo desafio, "a busca do dado negado", para mim tema principal da Inteligência. O meu ingresso na "família" foi instigado pela natureza da nova função. E agradeço a esta atividade pelo aprendizado diário que esta traz."

Gerson Luiz Lopes Tombesi – Nuinp/PB

"Aceitei trabalhar na Inteligência porque considerava um trabalho instigante, com uma certa dose de adrenalina, auxiliar numa investigação, atuar junto à Polícia Federal. São 23 anos trabalhando na Inteligência. Tenho orgulho do que eu fiz, de toda a minha trajetória. Acho que vamos deixar um legado."

Alberto Augusto Teixeira Carneiro – Nuinp/RJ

"É muito gratificante fazer parte de um grupo tão seletivo de servidores, que com persistência, insistência e resiliência contribui para a Previdência Social."

Marcelo Kulbiej – *Nuinp/RS*

"A Inteligência da Previdência Social alcança suas Bodas de Prata e isso tem um significado mais que especial, pois, demonstra que fomos polidos ao longo do tempo e nos tornamos mais brilhantes! Foi uma jornada onde amadurecemos como profissionais e, principalmente, como pessoas, afinal, transformar-se em indivíduos pacientes, resilientes e persistentes só denota que essa aliança hoje simbolizada pela Prata, em verdade, representa que nossas lutas resistiram às adversidades e seus malogros. Continuaremos na nossa missão e renovando a cada dia nosso voto de parceria, com muito esmero, labuta e amor! PARABÉNS, INTELIGÊNCIA PREVIDENCIÁRIA, VOCÊ FAZ PARTE DA MINHA HISTÓRIA!"

Cristiane Roberta Fonseca de Lima – *Nuinp/RN*

"Uma data especial, um marco notável em nossas vidas profissionais. Há 25 anos a INTELIGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL começou testando uma ideia e, ao longo do tempo, construiu-se um legado de parceria, o poder da união e o apoio incansável que oferecemos uns aos outros. É uma honra fazer parte de um time tão unido e coeso, onde o sucesso do nosso trabalho depende do empenho de cada um dos integrantes dessa grande família no verdadeiro sentido da palavra."

Lilian Socorro dos Santos Nunes – *Nuinp/RO*

"Honrados em saber que nosso estado fez parte desde o início, participando da efetiva criação da (sempre) APE, parabenizamos a todos que fizeram e fazem parte dessa equipe tão unida, dedicada e distinta. Sempre atentos, persistentes, insistentes e resilientes. Sigamos unidos, dispostos a dar sempre o nosso melhor, independente dos percalços e desafios. Que venham mais 25 anos."

Lessandra Severo Mohr – Nuinp/SC

"Na comemoração dos 25 anos da Inteligência da Previdência Social, eu gostaria de agradecer a um daqueles que melhor representava como deve ser o espírito de um servidor que atua na Inteligência da Previdência Social: proativo, combativo e incansável no combate ao crime previdenciário. Aquele também, que me deu a oportunidade de exercer minhas atividades como servidor, junto à Inteligência da Previdência, o grande e saudoso Ricardo Carrilho Simões, em nome do Nuinp-SE tenho a felicidade de dizer, muito obrigado pelos ensinamentos meu colega."

Carlos Augusto Prado Santana – Nuinp/SE

"No começo de 2004, tive a oportunidade de participar da antiga APE, apesar do meu recente ingresso ao INSS, em julho de 2003. Naquela ocasião, o saudoso auditor fiscal Paulo Gonzaga Bueno, que já nos deixou, generosamente me convidou para me juntar à sua equipe. Durante esse período, pude realizar o estágio na renomada Escola de Inteligência Militar do Exército – EsIMEx. Esse acontecimento foi um ponto decisivo que influenciou minha trajetória profissional, mantendo-me na área até os dias atuais. Expresso meus mais sinceros agradecimentos ao mestre Paulo Bueno, cujo legado perdura na minha carreira."

Guilherme Augusto Calazans de Azevedo – Nuinp/SP

"A Coordenação de Inteligência da Previdência Social – CGINP, membro integrante do Sisbin – Sistema Brasileiro de Inteligência, apresenta ótimos resultados no enfrentamento a crimes estruturados contra o sistema previdenciário. É honroso atuar nesta seleta coordenação com distintos amigos habilitados, em diversas áreas do conhecimento. Muito me orgulha quando as operações deflagradas são exitosas, porque sabemos da complexidade e do tempo despendido para análise e acompanhamento. A família da CGINP é unida, comprometida, persistente, insistente e resiliente, sempre! Parabéns, pelos 25 anos da Inteligência da Previdência Social!"

Maurício Hideyuki Ijichi – *Nuinp/CAS-SP*

"A Inteligência Previdenciária desempenha um papel crucial no combate à corrupção ao identificar padrões e irregularidades com alto potencial lesivo aos cofres públicos. Além disso, ela permite a identificação de esquemas complexos que envolvem falsificação de documentos, uso de identidades falsas, crimes cibernéticos e outras práticas ilegais. Ao antecipar ameaças potenciais, as autoridades podem agir rapidamente para evitar perdas financeiras significativas, protegendo os recursos destinados a quem necessita".

João Paulo Castelo Branco Pinheiro – *Nuinp/TO*

11

**PARCEIROS:
UNIDOS
SOMOS UM**



As parcerias estabelecidas pela Inteligência da Previdência Social, ao longo destes 25 anos de história, são fundamentais para o sucesso das ações desenvolvidas, principalmente, no intercâmbio de informações, que promovem a melhoria da produção e difusão de conhecimentos estratégicos de Inteligência.

As ações de integração e colaboração com outros órgãos são realizadas por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT ou instrumentos congêneres. Atualmente, a CGINP mantém estas parcerias com a Polícia Federal (PF), Controladoria Geral da União (CGU), Polícia Civil do Ceará e as Secretarias de Fazenda de alguns estados. Isto, além de propostas em tramitação, em caráter prioritário, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Detran, Sistema de Inteligência Fiscal (SIF) e Arpen Brasil.

A Inteligência da Previdência Social mantém, ainda, parcerias institucionais com: as Forças Armadas, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Ativos (ENCCLA), Procuradoria-Geral Federal (PGF), Embaixada da Espanha, Sistema de Inteligência Fiscal (SIF), dentre outros.

Destaca-se ainda, a cooperação dos parceiros: Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Escola Superior de Guerra (ESG), Escola Superior de Defesa (ESD) e Escola de Inteligência Militar do Exército (Esimex), no apoio à capacitação dos servidores da CGINP. Convém registrar que o tema Inteligência da Previdência Social compõe a grade curricular do Curso Superior de Inteligência Estratégica da Escola Superior de Defesa.

Marcelo Ávila aborda a relevância das cooperações institucionais para a área. “Os parceiros sempre foram importantes ao longo de toda a história. Cultivar, tratar, e cuidar das parcerias passou a ser prioridade da Inteligência da Previdência Social. Quando existe respeito mútuo, há muitos ganhos institucionais”.

A VEZ DOS PARCEIROS DA INTELIGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

No contexto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil, a Inteligência da Previdência Social desempenha um papel crucial na detecção de fraudes e na melhoria dos serviços oferecidos aos cidadãos. Nestes 25 anos de atuação, destacamos a parceria que se fortalece ao longo dos anos e que tem sinergia: a defesa dos direitos de forma justa e adequada e, principalmente, na atuação no combate a fraudes e irregularidades, o que gera justiça e economia aos cofres públicos.

O assessoramento da Inteligência Previdenciária ao INSS e à Previdência Social compreende diversos níveis e áreas de atuação sobre a segurança da sociedade e do Estado. A colaboração é estratégica no fornecimento de informações específicas e análises que auxiliam na tomada de decisões e que identifica tendências e padrões que possam indicar problemas.

Destacamos a relevância do trabalho executado visando ao combate dos ilícitos de natureza previdenciária, bem como, na identificação de vulnerabilidade e gerenciamento de riscos com o uso de ferramentas tecnológicas, sistemas de análise de dados e cruzamento de informações. Todo esse sistema contribui e auxilia na obtenção de provas e de indícios para fins de responsabilização administrativa e instruções de processos criminais.

O Instituto evoluiu, criou fluxos e normas que interagem para simplificar serviços, os quais geram independência para o segurado e para as entidades conveniadas. Por outro lado, a transformação tecnológica e a própria era digital

trouxeram novas práticas de crimes cibernéticos. As ações da Força-Tarefa Previdenciária também se modernizaram e têm desarticulado esquemas criminosos. Tem sido necessário um olhar ainda mais atento para as diversas formas de fraudes praticadas contra o sistema previdenciário.

Isso inclui o uso de tecnologias avançadas para identificar possíveis fraudes e inconsistências nos pedidos de benefícios, bem como, a análise de dados para identificar tendências e padrões que possam indicar problemas. A importância dessa parceria fica evidente quando consideramos o grande volume de benefícios previdenciários concedidos no Brasil. Atualmente, são pagos benefícios a 38,4 milhões de pessoas e garantir que esses benefícios sejam destinados a quem, realmente, precisa é fundamental para a sustentabilidade do sistema previdenciário e para o bem-estar da população. Como uma organização pública, prestadora de serviços previdenciários para a sociedade brasileira, o INSS procura preservar a integridade da qualidade do atendimento com a busca de alternativas de melhoria contínua, com programas de modernização e excelência operacional, ressaltando a otimização de resultados e de ferramentas que fundamentem o processo de atendimento ideal aos anseios dos cidadãos.

São 25 anos de história, de gestão eficiente dos recursos, de adaptações e detecção de fraudes. Parabenizamos a toda a Inteligência da Previdência Social e elevamos a longevidade de uma parceria que mostra sua importância em um passado, presente e futuro da nossa Previdência Social no Brasil. Temos muito trabalho pela frente com a inclusão previdenciária aos mais diversos segurados, com o reconhecimento dos direitos e promoção de um serviço público de qualidade, em um País de dimensões continentais.

Alessandro Antonio Stefanutto

Presidente do INSS

POLÍCIA FEDERAL

Com grande satisfação, a Polícia Federal saúda a Inteligência da Previdência Social pelos seus 25 anos, a maior parte dos quais marcados por uma intensa e profícua parceria entre ambas as instituições, consolidada na Força-Tarefa Previdenciária, que tantos resultados relevantes produziu nas últimas décadas. Tudo isso gerou uma mudança de paradigma a qual tirou o foco de apurações esparsas sobre fatos ocorridos há vários anos para, em vez disso, concentrar os melhores recursos na apuração de delitos previdenciários atuais, praticados por organizações criminosas.

A comprovada competência da Inteligência da Previdência Social em identificar padrões e comportamentos suspeitos neste sistema – mediante análises de dados abrangentes – tem resultado, ao longo dos anos, em diversas operações bem-sucedidas. Aliada à capacidade investigativa da Polícia Federal nas ações de repressão a crimes previdenciários, ambas instituições contribuem para a preservação de recursos tão caros para as atuais e futuras gerações de brasileiros.

Destacam-se, nesse processo, o alto conhecimento técnico e o empenho exemplar dos abnegados e dedicados profissionais que integram a Inteligência da Previdência Social. Eles estão sempre prontos a colaborar com as unidades de repressão a crimes previdenciários da Polícia Federal, distribuídas no território nacional, no combate a crimes de extrema gravidade.

Em um cenário de avanços tecnológicos constantes e digitalização de serviços públicos cada vez maior, a parceria entre a Inteligência da Previdência Social e a Polícia Federal torna-se, ainda mais, relevante para a detecção rápida e precisa de irregularidades e vulnerabilidades. Nestas ações que comprometem o sistema previdenciário, essa parceria permite a adoção de medidas necessárias para combatê-las.

A Polícia Federal deseja que essa aliança tão importante com a Inteligência da Previdência Social continue se fortalecendo e se aprimorando por muitos mais anos, para proteção do sistema previdenciário, garantindo sua integridade e sustentabilidade e promovendo uma cultura de responsabilidade e transparência que beneficie a sociedade como um todo.

Luís Eduardo Melo de Castro

Delegado de Polícia Federal
Chefe da DPREV/CGFAZ/DICOR/PF

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Na complexa e árdua atuação em processos que recuperam créditos e condenam civilmente acusados de fraudes à Previdência Social, a Procuradoria-Geral Federal-PGF conta com o valoroso auxílio da Coordenação de Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social – CGINP. Esta parceria se dá por meio da Subprocuradoria-Geral Federal de Cobrança (SUBCOB), e, notadamente, este Serviço de Probidade (SPROB) da PF.

De fato, desde a especialização dos trabalhos na matéria de improbidade administrativa, no ano de 2016, em um setor específico para instauração e análise dos Procedimentos de Instrução Prévia, com o propósito de ajuizamento de ações de improbidade administrativa, já foram instaurados 157 procedimentos com esse fim e ajuizadas 26 Ações de Improbidade Administrativa (03 delas foram antecedidas de cautelares) que buscam condenações de R\$ 256.174.692,56 entre ressarcimento ao erário e multas.

Desses processos, foram deferidas liminares em 17 deles, com autorização de bloqueio patrimonial de cerca de R\$ 80 milhões, referindo-se a operações muito bem conduzidas como as operações Recidiva, Custo Previdenciário, Barbour, Rosário, entre outras.

Além dessas situações, outras centenas de operações foram encaminhadas aos demais setores da Procuradoria-Geral Federal – PGF. Isto tudo para revisão e cobrança dos benefícios em casos em que não houve a identificação de agente público na fraude.

Esse trabalho demonstra a necessidade de mais investimento na Inteligência da Previdência Social com a maior disponibilidade de recursos humanos e tecnológicos, além de mais parcerias no combate à fraude previdenciária. Isto porque este problema tende a se agravar dado ao dramático número de trabalhadores sem proteção formal da previdência social (cerca de 40% da força de trabalho do País).

Esses contingentes enormes de trabalhadores sem proteção da previdência social podem, potencialmente, serem aliciados por fraudadores profissionais no afã de obter benefício previdenciário. Isto, além, claro, de toda uma gama de fraudadores profissionais que tendem a utilizar cada vez mais recursos eletrônicos nos sistemas da previdência social no seu modo de agir.

Desta forma, parabenizamos a Inteligência da Previdência Social pelos relevantes serviços prestados ao País no combate à fraude previdenciária, ao longo desses 25 anos. Ao mesmo tempo em que nos colocamos como parceiro de primeira ordem para desenvolver, planejar e aperfeiçoar os mecanismos de prevenção, identificação e reparação dos danos causados por essas práticas deletérias do sistema de previdência social do povo brasileiro.

Rafael Moreira Nogueira

Procurador Federal

Chefe do Serviço de Probidade

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

O presente ano de 2023 tem sido bastante significativo para o País e seu sistema nacional de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP). No início deste ano, comemoraram-se os 25 anos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a denominada Lei de Lavagem de Dinheiro, e da criação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a unidade de Inteligência financeira do País. Agora, aproximando-nos de seu final, comemora-se, também, a emblemática data de 25 anos da Inteligência da Previdência Social.

Neste quarto de século, muita coisa mudou no cenário nacional. Talvez um dos mais sólidos legados construídos no período tenha sido o fortalecimento institucional dos diversos órgãos e entidades que atuam, cada um com suas atribuições e áreas de especialização, nas atividades de Inteligência, prevenção e combate a ilícitos.

A interlocução, a troca de experiências e o estabelecimento de mecanismos de cooperação e intercâmbio de informações com órgãos parceiros foram ingredientes essenciais para o sucesso dessa empreitada.

Exemplo disso – e fórum onde o Coaf e a Inteligência da Previdência Social vêm atuando juntos há muitos anos, é a exitosa Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), articulação de órgãos, entidades públicas e sociedade civil, que atuam na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Afinal, a prevenção à lavagem de dinheiro é uma forma eficaz de combater crimes, pois possibilita a identificação e o confisco dos recursos auferidos com práticas ilícitas. É por meio da prevenção à lavagem de dinheiro que os recur-

sos provenientes de crimes como tráfico de drogas, de armas e de pessoas, sequestro, crimes contra a administração pública e crimes contra o sistema financeiro podem ser rastreados e identificados, dificultando sua integração à economia formal como se fosse dinheiro de origem lícita.

A Enccla, por sinal, também celebra atualmente seus 20 anos de criação.

Ao relembrar o passado, o Coaf agradece a profícua parceria e os bons frutos obtidos na atuação conjunta com a Inteligência da Previdência Social. Ao olhar para o futuro, deseja sempre ver essa instituição fortalecida, com sucesso e grandes resultados em prol do Estado brasileiro.

Ricardo Lião

Presidente do COAF

ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

O Jubileu de Prata da Inteligência da Previdência Social no Brasil, comemorado em 2023, traz, em sua bagagem, um pouco da história do Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE), hoje sediado na Escola Superior de Defesa (ESD), em Brasília-DF.

O CSIE teve sua primeira edição em 1996, ainda na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro-RJ. Trouxe em seu DNA, os conhecimentos advindos do Curso de Informações (CI), criado em 1958, que cooperava no estabelecimento da doutrina de Segurança Nacional vigente à época, e preparava civis e militares para as funções relacionadas com a Inteligência no Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), berço da atividade de Inteligência no País.

A partir da criação do Ministério da Defesa, em 1999, o CSIE foi reformulado e, em 2001, passou a atender, exclusivamente, aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Em 2020, o CSIE foi transferido para o Campus Brasília da ESG, onde, em 2021, se realizou o primeiro curso, cuja duração foi de 22 semanas.

Visando atender à Estratégia Nacional de Defesa, em 1º de outubro de 2021, foi criada a ESD, por evolução do Campus Brasília da ESG. Ela surgiu com a missão de desenvolver atividades acadêmicas em temas da Defesa Nacional, considerados os campos de Segurança e Desenvolvimento, tudo com o propósito de contribuir para o fortalecimento da mentalidade de defesa na sociedade brasileira.

Neste sentido, ter profissionais especializados em Inteligência Previdenciária cursando o CSIE e contribuindo na formação dos alunos corrobora com a missão da ESD e com os objetivos do Curso de Inteligência. Isto porque o objetivo é reunir, em um mesmo ambiente, profissionais que lidam com assuntos referentes à Inteligência em suas instituições, de forma estratégica, visando à análise conjunta e combinada dos principais aspectos da conjuntura nacional e internacional, de interesse para a atividade de Inteligência Estratégica.

Sendo assim, vislumbra-se, como de fundamental importância, a parceria da ESD com a Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social, por esta ser, como os resultados atestam, imprescindível para uma Previdência Social justa e condizente com o Brasil que construímos para as futuras gerações.

Prof. Dr. Ivan Carlos Soares de Oliveira – Cel. EB

Escola Superior de Defesa – ESD

EMBAIXADA DA ESPANHA NO BRASIL

O programa de Assistência Técnica é desenvolvido entre a Espanha e o Brasil de forma ininterrupta há mais de 10 anos. Ele permite o intercâmbio de experiências, processos de gestão e conhecimento da legislação de ambos os países em matéria trabalhista e previdenciária (regimes previdenciários, ação da inspeção do trabalho, riscos ocupacionais e psicossociais, gestão de benefícios, igualdade entre homens e mulheres, trabalhadores de plataformas digitais).

Em 2018, uma linha de colaboração particularmente importante foi aberta: “A detecção, o controle e a gestão de fraudes na Previdência Social”. A pandemia de saúde causada pela Covid-19 paralisou essa assistência técnica por dois anos, retomando-a em 2022 com uma abordagem eminentemente técnico-computacional baseada no conhecimento da estrutura e das ferramentas de análise de dados usadas pela previdência social espanhola. Esta experiência está dando ótimos resultados após anos de aprimoramento e colaboração entre as diferentes administrações públicas.

Meu reconhecimento aos brasileiros e aos especialistas espanhóis que viajaram ao Brasil para realizar essa assistência técnica: Concepción Nieto e Jorge Díaz.

A luta contra a fraude é uma jornada sem fim e a troca de experiências nos ajuda a aprender com os sucessos e a evitar os erros que outros cometeram.

O Memorando de Entendimento assinado em 4 de julho, deste ano, entre os Ministros da Previdência Social de ambos os países, fornece outra ferramenta de colaboração para a troca de conhecimento “in-situ”. Isto acontece por meio

de visitas aos centros de cálculo e reuniões com os melhores especialistas e organizações de gestão.

Esperamos que essa colaboração entre a Espanha e o Brasil contribua para os próximos 25 anos de sucesso que, sem dúvida, a Unidade de Inteligência Previdenciária terá.

Tive a grande oportunidade de conhecer as altíssimas qualidades técnicas e humanas das pessoas que compõem esta Unidade e é uma verdadeira honra ter a oportunidade de expressar meus agradecimentos e parabéns a todos que fizeram parte dela.

Parabéns e um grande abraço!!!

María Dolores Segura de la Encina

Ex-Conselheira para Trabalho, Migração e Seguridade Social da Embaixada da Espanha no Brasil

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA FISCAL

Em dezembro deste ano, a Inteligência da Previdência Social completará 25 anos realizando, ao longo desse tempo, um trabalho brilhante, atuando numa área sensível e estratégica do setor público.

O resultado dos trabalhos realizados e o escopo da área de atuação demonstrou a importância da inteligência previdenciária para o conjunto da atividade de Inteligência pública nacional, hoje credenciada junto aos demais parceiros e fóruns que atuam na área de Inteligência no País.

No campo do combate à fraude fiscal estruturada, a parceria com a Inteligência suma importância, uma é de suma importância, uma vez que sua atividade e área de atuação possuem estreita aderência aos trabalhos desenvolvidos no ambiente fazendário.

Pelo exposto, a coordenação do Sistema de Inteligência Fiscal parabeniza o órgão e seus integrantes e empenha o compromisso na colaboração mútua com os trabalhos voltados ao combate à fraude estruturada e à proteção do erário.

O Sistema de Inteligência Fiscal, instituído pelo Protocolo ICMS 66/2009, é integrado pelas Unidades de Inteligência Fiscal-UnIF's dos estados, DF e União, orientado pela Doutrina de Inteligência Fiscal – DIF, e baseado na mútua colaboração, com vistas à cooperação técnica e ao intercâmbio de informações.

Luiz Rodolfo de Araújo Neto

Coordenador do Sistema de Inteligência Fiscal



CIM – Marinha do Brasil

CIE – Exército do Brasil



ESD – Ministério da Defesa



Superintendência de Polícia
Federal no Distrito Federal



Pin Inteligência Previdenciária

12

IN MEMORIAN



Ao tempo em que celebramos, neste ano especial e inesquecível, duas décadas e meia de existência e exitosa atuação em tantos árduos desafios enfrentados, homenageamos e elevamos nossos pensamentos a todos àqueles queridos colegas que, precocemente, deixaram nosso convívio.

Aos saudosos amigos, que muito abrilhantaram o sucesso desta comunidade previdenciária, destinamos nosso mais profundo respeito e todo reconhecimento pelo que, juntamente a todos nós, fizeram parte destes 25 anos.

Que nossas orações possam alcançá-los neste momento único e tão importante. Sigam a nortear-nos como um farol, com a serenidade e a sabedoria que sempre os acompanharam ao longo da existência e da trajetória de cada um.

Recebam nossos aplausos! Saudades eternas!



13

O FUTURO



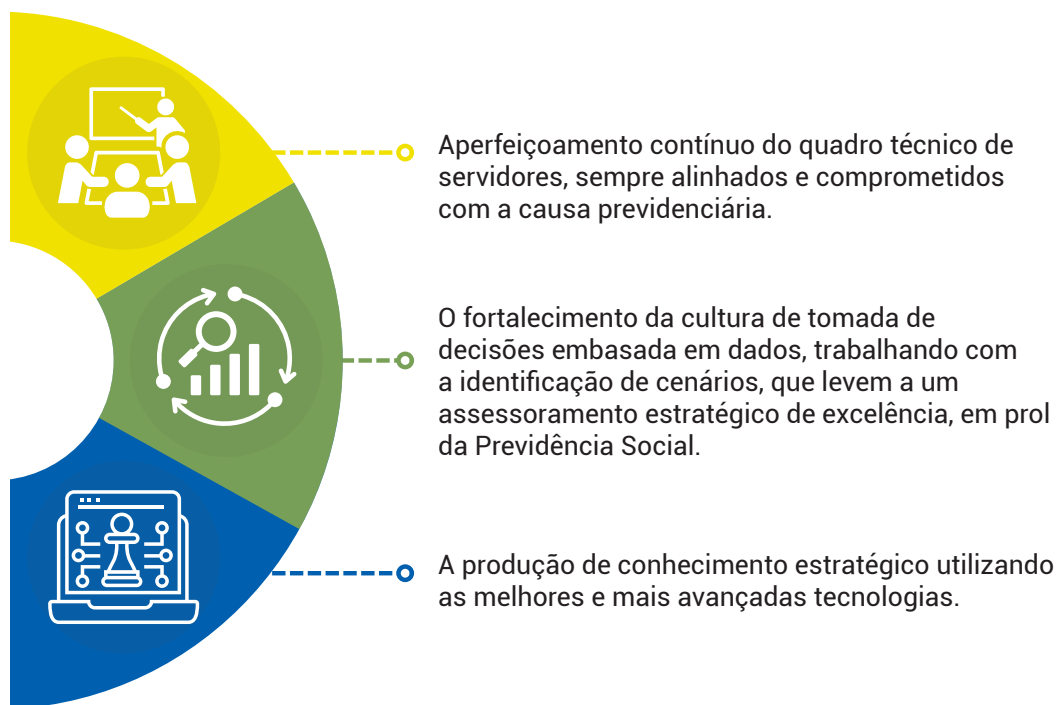
Como órgão de vanguarda e referência na defesa do patrimônio da Previdência Social, a Inteligência atua de forma inovadora, preventiva e resiliente no combate aos riscos e às fraudes estruturadas contra a Previdência Social.

Balizada por uma doutrina própria, base para todo o arcabouço metodológico em uso, dispõe de definições, regras e orientações que modelam o propósito fundamental do serviço prestado, que é produzir conhecimento estratégico para apoiar a alta gestão do MPS, unidades organizacionais vinculadas e aos órgãos de controle e, principalmente, no combate a ilícitos organizados contra o patrimônio previdenciário. Além de implementar medidas para proteção de dados sensíveis, produzidos ou daqueles que tenhamos conhecimento.

A Inteligência tem como premissa antecipar e mitigar ameaças, protegendo os interesses da Previdência Social por meio de uma ação ágil, precisa, adaptável e fomentando a colaboração entre diferentes setores e profissionais. Promovendo, assim, um ambiente mais seguro e estável para o presente e o futuro dos cidadãos.

Contudo, cumprir essa missão somente é possível com valores éticos bem definidos que orientam a equipe, como respeito, lealdade, comprometimento, persistência, insistência e resiliência para enfrentar os desafios diários. Estes valores são a base moral e comportamental para todos os membros da CGINP, assegurando a integridade e a qualidade do trabalho realizado.

Dessa forma, enaltecendo o passado e o caminho percorrido, identificando todo o potencial e os projetos do presente, podemos vislumbrar um futuro com:



Essa visão de futuro define um horizonte inspirador para a Inteligência, demonstrando seu compromisso em utilizar tecnologias de ponta para proteger o sistema e contribuir para uma Previdência Social mais inclusiva e eficiente.

CSIE - ESG - 2021



CSIE - ESD - 2024

Centro de Inteligência - PMDF



100 Anos de Previdência Social - 2023



CLMN - ESG - 2010

Redação

- Letícia Montanha Barbosa
- Paulo Dantas Santos Filho

Copidesque e padronização do estilo de linguagem

- Moema Barbosa Pimentel – MBP Comunicação

Projeto Gráfico

- Chica Magalhães

Revisão

- Adriana Dias dos Santos
- Camilla Rodrigues Andrade
- Maristela Carvalho Porto Trindade
- Thaís Regina de Santana

Fotografia

- Liliana Márcia Pereira Soares

Artigos

- Luís Eduardo Melo de Castro
Delegado de Polícia Federal
- Alessandro Antonio Stefanutto
Presidente do INSS
- Rafael Moreira Nogueira
Procurador Federal
- Ricardo Lião
Presidente do COAF

- *María Dolores Segura de la Encina*
Ex-Conselheira para Trabalho, Migração e Seguridade Social da
Embaixada da Espanha no Brasil
- *Luiz Rodolfo de Araújo Neto*
Coordenador do Sistema de Inteligência Fiscal
- *Prof. Dr. Ivan Carlos Soares de Oliveira – Cel. EB*
Escola Superior de Defesa

Participação

- Adonai Rodrigues Coimbra
- Adriano Elias Santos
- Alberto Augusto Teixeira Carneiro
- Ana Lúcia Lira Mendes
- Antonio Carlos Castro Santos
- Camilla Rodrigues Andrade
- Carlos Augusto Prado Santana
- Cristiane Roberta Fonseca de Lima
- Edilson Rodrigues de Carvalho
- Geraldo Henrique dos Santos Melo
- Gerson Luiz Lopes Tombesi
- Guilherme Augusto Calazans de Azevedo
- Gumercindo Antonio Ribeiro
- João Paulo Castelo Branco Pinheiro
- Joel Damião dos Santos
- Lessandra Severo Mohr
- Letícia Montanha Barbosa
- Lilian Socorro dos Santos Nunes
- Luiz Henrique Tomaz da Silva
- Marcelo Kulbiej

- Maria da Conceição Jesus da Silva
- Maristela Carvalho Porto Trindade
- Maurício Hideyuki Ijichi
- Reginaldo Nogueira de Castro
- Sebastião dos Santos Filho
- Talita Lorena Nunes de Souza
- Thaís Maria de Sousa Soares

Colaboração

- Adriana Dias dos Santos
- André Viana
- Carlos Eduardo Pereira de Araújo
- Cícero Sampaio Freitas Cordeiro
- Diogo Almeida da Silva
- Fabiana Francisca de Souza Menon Koumegawa
- Geraldo Henrique dos Santos Melo
- Gustavo Serra Nogueira de Paula
- Lucas Pereira Leite
- Thiago Altomar Alves
- Verônica Teixeira de Assumpção
- Wilma Annete César Gonçalves

Logomarca 25 anos da Inteligência da Previdência Social

- Luciano José Rocha Costa

Fotos

- Acervo pessoal dos servidores

Agradecimentos

- Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Previdência Social
- Assessoria de Comunicação Social do INSS da Bahia

- Assessoria de Comunicação Social do INSS do Rio de Janeiro
- Assessoria de Comunicação Social do INSS de Santa Catarina
- Assessoria de Comunicação Social do INSS de São Paulo
- Alberto Augusto Teixeira Carneiro
- Carlos Henrique Oliveira de Souza
- Cinara Wagner Fredo
- Denise Aparecida de Souza Cajá
- Dilmar Pregardier
- Fernando César da Mata Reis
- Gilson Aquino de Araújo
- Harold Vann Hallen Fontes
- Jailton Azevedo Cancio
- João Vieira Filho
- José Augusto Figueiroa Filho
- Luiz Alberto Lazinho
- Luiz Henrique Tomaz da Silva
- Maria Alice de Souza Nogueira
- Maria da Conceição Jesus da Silva
- Marluce do Socorro da Silva Soares
- Marcelo Henrique de Ávila
- Maria Alice de Souza Nogueira
- Maurício Gonçalves Pedrosa
- Milana Araújo Fontes Teles
- Patrick Barcellos Peixe
- Neusa Peixoto Campos
- Oney José Rossini
- Tatianne Keyla Furtado Ribeiro
- Thaís Regina de Santana
- Wagner Rodrigues

Agradecimento especial a GEAP

Glossário

- ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
- APE – Assessoria de Pesquisa Estratégica
- APEGR – Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos
- CEFARH/PR – Centro de Aperfeiçoamento e Formação de Recursos Humanos da Presidência da República
- CGINP - Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social
- CGINT – Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista
- COINP – Coordenação de Inteligência da Previdência Social
- DAF/INSS – Diretoria de Arrecadação Fiscal /Instituto Nacional do Seguro Social
- ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
- ESD – Escola Superior de Defesa
- ESG – Escola Superior de Guerra
- ESIMEX – Escola de Inteligência Militar do Exército
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- ME – Ministério da Economia
- MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
- MPS – Ministério da Previdência Social
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
- NUINP – Núcleo Regional de Inteligência da Previdência Social
- NUINT – Núcleo Regional de Inteligência Previdenciária e Trabalhista
- RFB – Receita Federal do Brasil

Bibliografia

- ÁVILA, Marcelo Henrique de. A INTELIGÊNCIA PREVIDENCIÁRIA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DO COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO EM SISTEMAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. UNIVERSIDAD DE ALCALÁ. Madri, Espanha, 2018.
- ABIN. ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL, Volume II. Brasília, 2023.
- PORTARIA MPS Nº 751, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011 – DOU DE 30/12/2011. www.legisweb.com.br/legislacao/?id=234485
- PORTARIAS – disponível no site: www.gov.br/previdencia
- TCU – ACÓRDÃO 314/2003 – disponível no site: pesquisa.apps.tcu.gov.br

DECRETO Nº 9.003, DE 13 DE MARÇO DE 2017 – www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9003.htm#:~:text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,Comissionadas%20do%20Poder%20Executivo%20%2D%20FCPE.

DECRETO Nº 9.679, DE 2 DE JANEIRO DE 2019 – www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9679.htm

DECRETO Nº 9.745, DE 8 DE ABRIL DE 2019 – www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9745.htm

DECRETO Nº 10.761, DE 2 DE AGOSTO DE 2021 – www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10761.htm

DECRETO Nº 11.068, DE 10 DE MAIO DE 2022 – www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11068.htm

DECRETO Nº 11.356, DE 1º DE JANEIRO DE 2023 – www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11356.htm

Força-Tarefa Previdenciária –

www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/forca-tarefa

Acervo Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social



GEAP E PREVIDÊNCIA SOCIAL, UMA LONGA E SATISFATÓRIA PARCERIA.

No aniversário de 25 anos da Coordenação Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP) parabenizamos cada servidora e cada servidor que trabalha por uma Previdência Social mais eficiente e justa. A CGINP é uma das mais importantes vertentes da Justiça Social, por meio da Força-Tarefa Previdenciária, para combater fraudes estruturadas contra a Previdência Social e, assim, garantir o pagamento de benefício a quem tem direito.

Assim como a CGINP, a Geap Saúde busca levar ao servidor público e a cada um dos brasileiros que atende, o melhor serviço de assistência. Por respeito a essa antiga e importante parceria para nós, trabalhamos para fortalecer ainda mais os laços, estar mais próximos, abertos ao diálogo e buscando oferecer cuidado personalizado, acolhedor e completo ao nosso sempre parceiro, o Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS.

A Geap Saúde tem uma rica história de 78 anos de cuidados com a vida do servidor público brasileiro e seus familiares e essa bela caminhada se mistura com a longa trajetória da própria Previdência Social e do INSS. Foi em 1945 que nasceu a Assistência Patronal, fundo financeiro sem personalidade jurídica que no futuro se tornaria o que hoje é a Geap, uma das maiores Autogestões do país com ampla atuação nacional. E o INSS foi um dos principais idealizadores da Operadora.

Inicialmente, ainda quando patronal, a proposta era prestar assistência à saúde a estes servidores públicos e dependentes que realizam um trabalho que impacta tantas vidas daqueles que já deram muito do seu tempo para contribuir com o país e vinculados ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Em 1966, com a unificação dos Institutos de Previdência existentes à época, esses órgãos formaram o INSS e a Geap seguiu seu caminho, independente, mas nunca de forma separada.

Temos na Previdência Social um dos nossos principais patrocinadores e parceiros, temos orgulho e satisfação em prestarmos assistência aos seus milhares de profissionais desde a nossa fundação.

Douglas Figueredo

Diretor Presidente Geap Saúde

PREVIDÊNCIA
SOCIAL
25
ANOS
DE INTELIGÊNCIA

